

Sul América Companhia de Seguro Saúde CNPJ 01.685.053/0001-56



Relatório da Administração

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Companhia de Seguro Saúde ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e compreendem as normas emitidas pela ANS e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa (RN) ANS nº 528, emitida em 29/04/2022. O pronunciamento CPC 50, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC.

1. Principais informações financeiras:

(R\$ milhões)	2023	2022	Δ
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	24.221,8	21.017,2	15,2%
Sinistros retidos	(21.324,8)	(18.926,7)	12,7%
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	2.897,0	2.090,6	38,6%
Resultado bruto	2.311,3	1.677,1	37,8%
Resultado financeiro líquido	852,2	659,4	29,2%
Resultado patrimonial	376,3	287,7	30,8%
Resultado antes dos impostos e participações	774,9	95,4	712,0%
Resultado Líquido	786,5	485,9	61,9%

2. Comentário sobre o desempenho: A Companhia atingiu R\$24.221,8 milhões em prêmios ganhos de plano de assistência à saúde em 2023, aumento de 15,2% em relação ao exercício anterior. Os sinistros retidos apresentaram aumento de 12,7% em 2023 ante o ano anterior. O resultado bruto somou R\$2.311,3 milhões, crescimento de 37,8% em relação ao ano anterior, acompanhando principalmente a expansão de prêmios ganhos acima dos sinistros retidos. O resultado financeiro líquido registrou aumento de 29,2% na comparação com o exercício anterior, totalizando R\$852,2 milhões. Em 2023, o resultado líquido totalizou R\$786,5 milhões, aumento de 61,9% em relação a 2022.

(R\$ milhões)	2023	2022
3. Distribuição do resultado:		
Lucro antes dos impostos e participações	774,9	95,4
(-) Impostos e contribuições	64,9	394,7
(-) Participações	(53,3)	(4,2)
Lucro líquido do exercício	786,5	485,9
Ajustes de exercícios anteriores e outros ajustes	(89,9)	-
Lucro líquido após compensações e outros ajustes	696,6	485,9
Constituição da reserva legal	(34,8)	(24,3)
Lucro líquido ajustado	661,8	461,6
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado (a)	165,4	115,4
(-) Dividendos antecipados a não serem imputados nos dividendos obrigatórios	203,0	-
(-) Juros sobre capital próprio líquido a serem imputados nos dividendos obrigatórios (b)	165,4	115,4
(-) Juros sobre capital próprio a não serem imputados nos dividendos obrigatórios	89,6	277,0
Bruto	300,0	461,6
Imposto de renda	(45,0)	(69,2)
Saldo dos dividendos obrigatórios: (d) = (a) - (b)	-	-
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	158,7	-

4. Reorganizações societárias: Em 28/08/2023, a Companhia incorporou integralmente a controlada direta Integrale Negócios e Serviços S.A., após aprovação pela ANS nesta data. Em 01/11/2023, a Companhia adquiriu 100% de participação na GNI55 SP Empreendimentos Imobiliários S.A., cuja denominação foi posteriormente alterada para Sul América Holding de Investimentos S.A. O objetivo social da Companhia passou a ser a participação exclusiva, como acionista ou quotista, em quaisquer sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e o aumento do capital social em R\$162,1 milhões mediante o aporte das ações que a Companhia detinha na Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. **5. Investimentos:** Em 31/12/2023, a Companhia mantinha investimentos diretos nas seguintes sociedades: Sul América Santa Cruz Participações S.A. no montante de R\$511,9 milhões, Sul América Serviços de Saúde S.A. no montante de R\$1.045,8 milhões, Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. no montante de R\$834,5 milhões, Sul América Seguradora de Saúde S.A. no montante de R\$615,6 milhões, Sul América Odontológico S.A. no montante de R\$231,5 milhões, Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. no montante de R\$1,7 milhão e Sul América Holding de Investimentos S.A. no montante de R\$89,7 milhões. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento (custo amortizado)":** A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento (custo amortizado)". **7. Acordo de Acionistas:** A Companhia não é parte em acordos de acionistas. Rio de Janeiro, 27 de março de 2024. **A ADMINISTRAÇÃO.**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

Ativo	Notas	2023		2022	
		2023	2022	2023	2022
Circulante		10.256.431	6.446.519	7.139.389	5.409.581
Disponível		26.778	10.172	6.126.524	4.583.178
Realizável		10.229.653	6.436.347	635.237	571.613
Aplicações financeiras	5	7.958.478	5.016.696	603.943	536.286
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		6.606.393	4.481.906	31.294	35.327
Aplicações livres		1.352.085	534.790	11.834	11.172
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		991.024	526.676	2.808.579	2.783.733
Prêmio a receber	6.1	565.809	329.129	Provisão de sinistros a liquidar para SUS	11.834
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		425.215	197.547	Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	2.808.579
Despesas diferidas	7	446.891	407.371	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	2.670.874
Créditos tributários e previdenciários	8	106.145	66.467	Débitos de operações de assistência à saúde	227.231
Bens e títulos a receber	9	649.428	356.968	Prêmios a restituir	584
Despesas antecipadas		77.687	62.169	Receita antecipada de contraprestações / prêmios	26.411
Não circulante		7.778.352	8.472.306	Comercialização sobre operações	43.230
Realizável a longo prazo		4.055.130	3.664.209	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	157.006
Créditos tributários e previdenciários	8	559.094	485.649	Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	-
Títulos e créditos a receber		115.101	86.619	Provisões	216.208
Despesas de comercialização diferidas	7	992.298	951.845	Provisões para ações judiciais	216.208
Ativo fiscal diferido	8	1.094.639	985.803	Tributos e encargos sociais a recolher	120.803
Depósitos judiciais e fiscais	16.1	1.243.672	1.138.878	Débitos diversos	448.623
Outros créditos a receber a longo prazo		50.326	15.415	Não circulante	1.949.927
Investimentos		3.330.610	4.341.171	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	461.844
Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	10	3.330.610	4.341.171	Provisão para remissão	21.123
Participações societárias - Operadoras de planos de assistência à saúde		1.920.055	1.592.229	Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	85.692
Participações em outras sociedades		1.410.555	2.748.942	Provisão para sinistros ocorridos e não avisados	355.029
Imobilizado		103.047	125.551	Provisões	828.862
Imobilizado de uso próprio		22.204	35.315	Provisões para ações judiciais	828.862
Imobilizado - Não hospitalares/ odontológicos		22.204	35.315	Provisões para outras contingências	875
Imobilizado em curso		5.225	-	Tributos e encargos sociais a recolher	554.235
Outras imobilizações		27.799	27.603	Tributos e contribuições	554.235
Direito de uso de arrendamentos	12	47.819	62.633	Débitos diversos	104.986
Intangível	11	289.565	341.375	Patrimônio líquido	8.945.467
Total do ativo		18.034.783	14.918.825	Capital social	6.523.977
				Reservas	2.807.641
				Reservas de capital	(168.344)
				Reservas de lucros	2.975.985
				Ajustes de avaliação patrimonial	(25.098)
				(-) Ações em tesouraria	(361.053)
				Total do passivo	18.034.783

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	Notas	2023		2022	
		2023	2022	2023	2022
Receitas com operações de assistência à saúde		24.221.800	21.017.229	7.139.389	5.409.581
Prêmios retidos	20.1	24.358.116	21.118.532	6.126.524	4.583.178
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		9.439	12.997	635.237	571.613
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(136.316)	(101.303)	603.943	536.286
Sinistros retidos		(21.324.774)	(18.926.663)	31.294	35.327
Sinistros conhecidos ou avisados	20.2	(19.548.959)	(18.992.015)	11.834	11.172
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados		(1.778.815)	65.352	Provisão de sinistros a liquidar para SUS	11.834
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		2.897.026	2.090.566	Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	2.808.579
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		94.801	52.191	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	2.670.874
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		25.357	17.073	Débitos de operações de assistência à saúde	227.231
Outras receitas operacionais		25.357	17.073	Prêmios a restituir	584
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	20.3	(690.327)	(472.827)	Receita antecipada de contraprestações / prêmios	26.411
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(525.143)	(362.998)	Comercialização sobre operações	43.230
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(1.196)	(1.386)	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	157.006
Provisão para perdas sobre créditos		(163.988)	(108.443)	Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	-
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	20.3	(15.598)	(9.885)	Provisões	216.208
Resultado bruto		2.311.259	1.677.118	Provisões para ações judiciais	216.208
Despesas de comercialização	20.4	(1.495.287)	(1.368.063)	Tributos e encargos sociais a recolher	120.803
Despesas administrativas	20.5	(1.038.424)	(1.141.483)	Débitos diversos	448.623
Resultado financeiro líquido	20.6	852.209	659.353	Não circulante	1.949.927
Receitas financeiras		1.201.838	1.094.511	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	461.844
Despesas financeiras		(349.629)	(435.158)	Provisão para remissão	21.123
Resultado patrimonial	10	376.305	287.665	Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	85.692
Receitas patrimoniais		651.183	637.896	Provisão para sinistros ocorridos e não avisados	355.029
Despesas patrimoniais		(274.878)	(350.231)	Provisões	828.862
Resultado com resseguro		(231.190)	(19.168)	Provisões para ações judiciais	828.862
Receitas com resseguro		1.171.468	185.120	Provisões para outras contingências	875
Despesas com resseguro		(1.402.658)	(204.288)	Tributos e encargos sociais a recolher	554.235
Resultado antes dos impostos e participações		774.872	95.422	Tributos e contribuições	554.235
Imposto de renda	20.7	(31.816)	55.227	Débitos diversos	104.986
Contribuição social	20.7	(22.530)	37.510	Patrimônio líquido	8.945.467
Impostos diferidos	20.7	119.269	301.974	Capital social	6.523.977
Participações sobre o lucro		(53.263)	(4.219)	Reservas	2.807.641
Resultado líquido		786.532	485.914	Reservas de capital	(168.344)
Quantidade de ações em circulação		147.519.579	120.562.218	Reservas de lucros	2.975.985
Resultado líquido por lote de mil ações		5,33	4,03	Ajustes de avaliação patrimonial	(25.098)
				(-) Ações em tesouraria	(361.053)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Descrição	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2022	5.177.386	(85.913)	125.697	2.893.805	3.019.502	(146.999)	(361.053)	-	7.602.923
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$105.000, conforme AGE do dia 29/12/2021, à razão de R\$68,49 (em reais) por ação	105.000	-	-	-	-	-	-	-	105.000
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$200.000, conforme AGE do dia 30/12/2021, à razão de R\$68,49 (em reais) por ação	200.000	-	-	-	-	-	-	-	200.000
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$120.000, conforme AGE do dia 28/01/2022, à razão de R\$70,20 (em reais) por ação	120.000	-	-	-	-	-	-	-	120.000
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$30.232, conforme AGE do dia 09/03/2022, à razão de R\$70,32 (em reais) por ação	30.232	-	-	-	-	-	-	-	30.232
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$20.000, conforme AGE do dia 29/11/2022, à razão de R\$72,07 (em reais) por ação	20.000	-	-	-	-	-	-	-	20.000
Aumento de capital com JCP, no montante de R\$430.112, conforme AGE do dia 27/12/2022, à razão de R\$70,60 (em reais) por ação	430.112	-	-	-	-	-	-	-	430.112
Transação de capital	-	(81.162)	-	-	-	-	-	-	(81.162)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	6.286	-	-	6.286
Lucro líquido do exercício								485.914	485.914
Proposta da destinação do lucro:									
Reserva legal	-	-	24.296	-	24.296	-	-	(24.296)	-
Dividendos intermediários, sendo R\$0,96 (em reais) por ação ON e R\$1,06 (em reais) por ação PN, conforme RCA do dia 24/10/2022	-	-	-	(113.000)	(113.000)	-	-	-	(113.000)
Dividendos intermediários, sendo R\$0,64 (em reais) por ação ON e R\$0,70 (em reais) por ação PN, conforme RCA do dia 04/11/2022	-	-	-	(75.000)	(75.000)	-	-	-	(75.000)
Juros sobre o Capital Próprio - R\$4,55 (em reais) por ação ON e R\$5,00 (em reais) por ação PN, conforme RCA aprovados em 22/12/2022	-	-	-	(73.382)	(73.382)	-	-	(461.618)	(535.000)
Saldos em 31/12/2022	6.082.730	(167.075)	149.993	2.632.423	2.782.416	(140.713)	(361.053)	-	8.196.305
Aumento de capital com dividendos, no montante de R\$14.204, conforme AGE do dia 30/01/2023, à razão de R\$70,60 (em reais) por ação	14.204	-	-	-	-	-	-	-	14.204
Aumento de capital com dividendos, no montante de R\$9.024, conforme AGE do dia 30/03/2023, à razão de R\$67,43 (em reais) por ação	9.024	-	-	-	-	-	-	-	9.024
Aumento de capital com dividendos, no montante de R\$9.950, conforme AGE do dia 30/06									

continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)			
	Notas	2023	2022
Resultado líquido do exercício		786.532	485.914
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos atuariais, líquidos de perdas, não realizados com plano de pensão de benefício definido	21	1.146	4.011
Efeitos fiscais	21	(458)	(1.604)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:			
Ganhos / (perdas) não realizadas com ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	67.352	26.569
Efeitos fiscais	21	(26.941)	(10.628)
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	10	74.516	(12.062)
Componentes do resultado abrangente		115.615	6.286
Resultado abrangente do exercício		902.147	492.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE, denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, nº 42, 6º pavimento, Centro, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar como operadora classificada como seguradora especializada em saúde, e tem como acionista principal a Rede D'Or São Luiz S.A. (Rede D'Or), sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede no Estado de São Paulo e que detém 47,26% de participação direta e 52,74% indireta, através da Traditio Companhia de Seguros (TRADITIO). A Rede D'Or é uma companhia de capital aberto e divulgou, em 26/03/2024, no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). 1.1. **Compra de participação na Sul América Holding de Investimentos S.A. ("SAHIN")**: Em 01/11/2023, a Companhia assinou o contrato e concluiu a aquisição de 100% das ações de emissão da GNI55 SP Empreendimentos Imobiliários S.A., detida pela Rede D'Or São Luiz S.A., pelo valor contábil de R\$100,00 (cem reais). Em 03/11/2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária as principais alterações a seguir: a denominação social da GNI55 SP Empreendimentos Imobiliários S.A. para **Sul América Holding de Investimentos S.A. ("SAHIN")**; o seu objetivo social que passa a ser a participação exclusiva, como acionista ou quotista, em quaisquer sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e o aumento do capital social em R\$162.142 mediante o aporte das ações que a Companhia detinha na Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("SAM"). 1.2. **Incorporação da Integrare Negócios e Serviços S.A. ("INTEGRALE")**: Em 30/06/2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da controlada direta INTEGRALE pela Companhia, cujo Laudo de Avaliação foi elaborado com base nas demonstrações financeiras da INTEGRALE na data-base de 29/08/2023. Em 28/08/2023, a ANS aprovou o pedido de autorização para incorporação da INTEGRALE pela Companhia. Apresentamos, a seguir, o acervo patrimonial incorporado ao valor contábil na data-base de 19/09/2023:

	19/09/2023
Ativo	10.756
Circulante	215
Disponível	10.541
Realizável	4.138
Aplicações financeiras	4.138
Aplicações livres	6.347
Créditos tributários e previdenciários	56
Bens e títulos a receber	1.700
Não circulante	1.700
Realizável a longo prazo	1.687
Créditos tributários e previdenciários	13
Depósitos judiciais e fiscais	13
Total do ativo	12.456
Passivo	19/09/2023
Circulante	306
Provisões	256
Provisões para IR e CSLL	50
Débitos diversos	50
Não circulante	14
Provisões	14
Provisões para ações judiciais	320
Total do passivo	320

2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. **Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela ANS e compreendem as normas emitidas pela ANS e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 528, de 29/04/2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Companhia em sua gestão. O pronunciamento CPC 50, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi adotado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 27/03/2024. 2.2. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5); e • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (nota 5). 2.3. **Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. 3. **Práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1. **Resumo de práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: 3.1.1. **Apuração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Prêmios de seguros reconhecidos pelo período de vigência do risco das apólices/faturas; • Despesas de angariação diferidas (bônus de produção, despesa de pessoal e custo de kits) e registradas na rubrica "Despesas diferidas" no ativo circulante e "Despesas de comercialização diferidas" no ativo não circulante e amortizados pelo prazo máximo de 108 meses de permanência dos segurados na carteira, considerando a vigência das apólices, o prazo de cobertura e a expectativa de cancelamento ou renovação das apólices; e • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente aloáveis individualmente (*Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE*), quanto outras despesas relacionadas, mas não diretamente aloáveis (*Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE*). 3.1.2. **Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. 3.2. **Instrumentos financeiros:** 3.2.1. **Mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):** Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia. 3.2.2. **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado" são classificados como "mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e contabilizados pelo valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. 3.3. **Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo circulante na rubrica "Bens e títulos a receber" e não circulante na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. 3.4. **Investimentos:** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustados pela redução ao valor recuperável, quando aplicável, combinado com os seguintes aspectos: • As participações acionárias em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; e • O ágio decorrente de aquisição com fundamento econômico de expectativa de rentabilidade futura é classificado no investimento. 3.5. **Intangíveis:** 3.5.1. **Intangíveis de vida útil definida:** Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida. O período e o método de amortização para estes ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas", no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e valor contábil residual do ativo, líquido da perda ao valor recuperável, sendo reconhecidos no resultado patrimonial, no momento da baixa do ativo. 3.6. **Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebi-**

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)			
	2023	2022	
Atividades operacionais			
Recebimento de planos saúde	23.044.446	21.130.575	
Resgate de aplicações financeiras	14.678.966	15.451.457	
Recebimento de juros de aplicações financeiras	462.172	385.582	
Outros recebimentos operacionais	4.723	6.799	
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(19.102.768)	(18.670.044)	
Pagamento de comissões	(1.415.636)	(1.514.653)	
Pagamento de pessoal	(618.482)	(728.512)	
Pagamentos de serviços de terceiros	(266.775)	(238.528)	
Pagamento de tributos	(321.080)	(228.526)	
Pagamento de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(126.174)	(163.511)	
Pagamento de aluguel	(50)	(24.120)	
Pagamento de promoção/publicidade	(62.686)	(76.716)	
Aplicações financeiras	(16.372.338)	(14.693.715)	
Outros pagamentos operacionais	(305.938)	(246.345)	
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(401.620)	389.743	
Atividades de investimento			
Recebimento de venda de ativo imobilizado - Outros	712	1.429	
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	115.040	375.568	
Outros recebimentos das atividades de investimento	527.974	-	
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - Outros	(21.885)	(11.910)	
Pagamento relativos ao ativo intangível	(102.764)	(122.894)	
Pagamentos de aquisição de participação em outras empresas	(53.400)	(900.819)	
Outros pagamentos das atividades de investimento	(1.406)	-	
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	464.271	(658.626)	
Atividades de financiamento			
Integralização de capital em dinheiro	90.000	475.232	
Pagamento de Juros - Empréstimos/ Financiamentos/Leasing	(3.143)	(7.831)	
Pagamento de amortização - Empréstimos/ Financiamentos/Leasing	(26.104)	(27.153)	
Pagamento de participação nos resultados	(106.798)	(212.639)	
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	(46.045)	227.609	
Variação de caixa e equivalente de caixa	16.606	(41.274)	
Caixa - Saldo inicial	10.172	51.446	
Caixa - Saldo final	26.778	10.172	
Ativos livres no início do período	859.842	1.762.540	
Ativos livres no final do período	2.000.831	859.842	
Aumento (redução) nas aplicações financeiras - Recursos livres	1.140.989	(902.608)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

veis. Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresentem efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. **Ativos não financeiros.** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. Não há ativos não financeiros com perdas de valor recuperável em 31/12/2023 e 2022, e não houve registro de perdas nos resultados dos respectivos exercícios. No ano de 2023, foram descontinuados certos ativos intangíveis (software) e fixos que foram devidamente baixados. 3.7. **Arrendamento:** Os ativos de direito de uso são reconhecidos inicialmente na rubrica "Direito de uso de arrendamento", no ativo não circulante, em contrapartida a um passivo de arrendamento representado pelas obrigações totais a pagar do contrato, descontadas a valor presente, reconhecidas na rubrica "Débitos diversos" no circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de liquidação das obrigações. Adicionalmente, o resultado do exercício é impactado de forma linear, pela depreciação dos ativos de arrendamento de acordo com vigência dos contratos, reconhecidos nas despesas administrativas, e pela atualização das obrigações a pagar com os juros incorridos nos períodos divulgados, reconhecidos no resultado financeiro. Os arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor podem ser reconhecidos diretamente no resultado, conforme isenções permitidas no CPC 06 (R2). 3.8. **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 5 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. 3.9. **Provisões técnicas de contratos de seguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela ANS, conforme a seguir: 3.9.1. **Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos (PPCNG):** A PPCNG é constituída pelo método *pro-rata* die, tendo como base os prêmios ou contribuições comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. 3.9.2. **Provisão de sinistro a liquidar (PSL):** Processos administrativos. PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo: • O valor das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de sinistros; e • As despesas referentes à gestão da regulação de sinistros que não são alocados a cada sinistro individualmente (ULAE). **Processos judiciais.** Provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico Interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a provisão de sinistros a liquidar leva em consideração fatores calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. Para os processos judiciais de características singulares e relevantes, a PSL Judicial corresponde a 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais de perda para os casos com probabilidade de perda provável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e juros de 10,65% ao ano (10,58% em 2022), baseado no histórico de pagamentos de juros observado. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza cível relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizados na rubrica "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde", no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, e podem ser atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) ou Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. 3.9.3. **Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA):** A PEONA, também conhecida no mercado internacional como IBNR (*Incurred But Not Reported*), é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e calculada com base no IBNP (*Incurred But Not Paid*), subtraído da PSL. Para apurar o IBNP, é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 36 meses, adicionado da ALAE, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. As despesas referentes à gestão da regulação de sinistros que não são alocados a cada sinistro individualmente (ULAE) são registradas contabilmente na IBNR. 3.9.4. **Provisão para remissão:** A Provisão para remissão é constituída para garantia existente em alguns contratos dos benefícios de remissão de prêmios, concedidos aos beneficiários dependentes pelo prazo estabelecido em cada contrato (máximo de 5 anos) em função do falecimento do segurado titular. A provisão é calculada com base na estimativa de sinistros futuros dos beneficiários, descontada considerando a expectativa de vida dos beneficiários e 6% ao ano de juros. 3.10. **Teste de adequação de passivos (*Liability Adequacy Test - LAT*):** Seguindo a exigência da Resolução Normativa nº 528/2022, foi realizado o Teste de Adequação de Passivo (TAP), na data-base de 31/12/2023, utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros, considerando todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro. Para a realização do TAP, os contratos são segregados, entre as modalidades: (i) individual, (ii) coletiva empresarial acima de 100 vidas, (iii) coletiva por adesão e (iv) coletiva empresarial até 99 vidas. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa das receitas e das despesas futuras, deduzida dos custos de aquisição diferidos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação são consideradas nas premissas. A estimativa de sobrevivência utilizada é a tábua BR-EMS 2021 e para as estimativas de cancelamento, inflação médica e reajuste de prêmios foram baseados nos dados da experiência da Companhia. O resultado mensal do fluxo de caixa realista é trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco. Para as modalidades (ii) coletiva empresarial acima de 100 vidas, (iii) coletiva por adesão e (iv) coletiva empresarial até 99 vidas, o resultado do TAP demonstra adequação, não apresentando resultado negativo. Já para a modalidade (i) individual, o resultado do TAP apresenta insuficiência de R\$2.464.205 (R\$1.374.067 em 2022), sendo compensada pela suficiência mensurada nas demais modalidades. 3.11. **Provisões judiciais:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis e trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico Interno e pela Administração da Companhia. 3.11.1. **Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas

causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e do grau de risco (provável, possível ou remoto), os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial cível seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Ressalta-se que, uma vez que dada a individualidade e particularidade deste tipo de ação, não é possível basear as provisões nos valores já despendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como especiais em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA, no caso dos processos cíveis, ou pela TR, no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,65% ao ano (10,58% em 2022). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões para ações judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e pela taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. 3.11.2. **Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas com tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, que estejam sendo discutidas na esfera judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente, conforme disposto pela legislação de regência do tributo em disputa. Provisões são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. Nestes termos, provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado, sendo assim passível de reconhecimento contábil dentro das demonstrações financeiras, sob a rubrica "Provisões para ações judiciais", no passivo circulante e não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente, mormente, com base na variação da taxa SELIC, em conformidade com a legislação vigente. 3.12. **Incentivo em ações:** A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos eram compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquiria uma quantidade de ações em tesouraria da SASA, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuíam carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano era mensurado pela Companhia com base na última cotação da ação da SASA antes da outorga. Os valores relacionados ao plano de incentivo em ações foram contabilizados na rubrica "Despesas administrativas", com um correspondente lançamento na rubrica "Outras contas a pagar". Periodicamente, a Companhia reembolsava à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 14.2). Em 23/12/2022, o plano foi encerrado em função da conclusão da combinação de negócios entre a Controladora SASA e Rede D'Or. 3.13. **Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição for aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. 3.14. **Benefícios a empregados:** Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), o Benefício de Renda Vitalícia, o Programa de Indenização para Executivos, seguro saúde e seguro de vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com os benefícios de renda vitalícia, com o programa de indenização de executivos, com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos efetuados por atuários internos, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. 3.15. **Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e utilize premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à apuração do valor justo dos instrumentos financeiros, ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de êxito nas ações judiciais, ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo através do resultado e mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes (nota 5); • Despesas de comercialização diferidas (nota 7); • Movimentação de créditos e débitos tributários (nota 8); • Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (nota 13); e • Provisões para ações judiciais (nota 16). 3.16. **Normas e interpretações novas e revisadas:** 3.16.1. **Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS): CPC 48 Instrumentos Financeiros.** O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Adicionalmente, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidênciação, que são aplicadas às divulgações em 2023, mas que, em geral, não foram aplicadas à informação comparativa. 3.16.1.1. **Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros:** O CPC 48 - Instrumentos Financeiros, substituiu as orientações existentes no CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e passou a vigorar para os períodos de divulgação anual iniciados em (ou após) 01/01/2018, sendo reconhecido pelo órgão regulador através da Resolução Normativa ANS 472/2021, entrando em vigor a partir de 01/01/2023. De acordo com o CPC 48, a classificação dos ativos financeiros deve ser realizada através de uma análise conjunta das características de fluxos de caixa contratuais e do respectivo modelo de negócios para a gestão desses ativos. O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, elimina as antigas categorias do CPC 38, para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. As três categorias para classificação dos ativos financeiros são: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao custo amortizado. (i) **Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado (VJR).** São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. (ii) **Ativos financeiros - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).** São reconhecidos pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. (iii) **Ativos financeiros - Custo amortizado.** São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2023.

Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Novo classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 9
Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Valor Justo por meio do resultado	Valor Justo por meio do resultado (VJR)
Disponível para venda	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

3.16.1.2. **Impairment de ativos financeiros:** O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Com base nas avaliações realizadas, a Companhia não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras em função da alteração de abordagem para fins de análise de *impairment* dos seus ativos financeiros. 3.16.1.3. **Transição:** As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas prospectivamente e não impactou significativamente as demonstrações financeiras da Companhia, exceto pela reclassificação dos instrumentos financeiros conforme apresentado na nota 5. 3.16.2. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras.** Políticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e erros (alterações ao CPC 23) - Em vigor a partir de 01/01/2023; • Divulgação de políticas contábeis e apresentação

continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

das demonstrações financeiras (alterações ao CPC 26) – Em vigor a partir de 01/01/2023; e • Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos (alterações ao CPC 32) – Em vigor a partir de 01/01/2023. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2023 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia.** Espera-se que a seguinte norma possa ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial: • CPC 50 – Contratos de seguros – Em vigor a partir de 01/01/2023, mas com sua aprovação pendente por parte da ANS. Portanto, não há previsão de data de adoção de tal normativo pelas empresas reguladas por tal autarquia; e • Alterações ao CPC 26 – Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante – Em vigor a partir de 01/01/2024, alterações aos parágrafos 69 a 76 do CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a ANS, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela ANS. **4. Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos (*Enterprise Risk Management - ERM*) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos avaliando seus controles e garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma: **Identificação dos riscos.** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; **Quantificação dos riscos.** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; **Resposta aos riscos.** De acordo com os resultados do processo de identificação e quantificação, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e **Monitoramento e reporte.** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados através de relatórios elaborados pela área de riscos corporativos. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. Com o objetivo de complementar esta avaliação e de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para as suas principais linhas de negócio e categorias de riscos, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. O programa de gestão de riscos da Sul América está estruturado sob o conceito de linhas de atividades diretas na Gestão de Riscos, conforme melhores práticas internacionais, nomeado como Modelo das Três Linhas. Segundo o IIA (*The Institute of Internal Auditors*), o Modelo de Três Linhas ajuda as organizações a identificar estruturas e processos que melhor auxiliem no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha. Esta segunda gestão do risco (2ª linha) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo avaliações independentes e complementares sobre os riscos e controles gerenciados pela primeira linha. Após a atuação da primeira linha, o objetivo da segunda linha é identificar e quantificar os riscos, juntamente com seus respectivos controles, que poderão produzir desvios nos resultados dos negócios. Responsável também por estabelecer uma visão holística sobre o tema, devendo produzir alinhamento e integração entre as metodologias de gestão de riscos utilizadas em cada uma das operações da Sul América. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha). Com a finalidade de multiplicar a cultura de ERM e atuar como pontos focais, foram selecionados colaboradores na primeira e na segunda linha, fortalecendo as agendas de treinamentos e campanhas de gestão de riscos da Companhia. O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. **4.1. Concentração das operações:** Com presença em todo território nacional, a Companhia concentra seus negócios especificamente na região Sudeste, devido a localização do polo econômico do país. Em 31/12/2023, a Companhia registrou um total de receitas de prêmios retidos de R\$24.348.677 (R\$21.105.535 em 2022), compreendidas nas seguintes proporções:

UF	Representatividade	
	2023	2022
SP	60,72%	60,01%
RJ	17,00%	17,20%
BA	4,91%	5,22%
PE	5,88%	6,00%
DF	2,54%	2,86%
MG	2,35%	2,26%
PR	1,90%	1,86%
Outros	4,70%	4,59%
Total	100,00%	100,00%

4.2. Riscos de subscrição: Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas premissas adotadas e descritas na precificação ou na constituição das provisões técnicas. Na Companhia, tais riscos podem se materializar de diferentes maneiras dependendo do ramo de atuação. Nos negócios de Saúde, particularmente, para o segmento individual no qual os reajustes de prêmios são autorizados pela ANS, os riscos oriundos de precificação podem vir de reajustes de prêmios autorizados pelo órgão regulador que sejam insuficientes, ou que não configurem a expectativa inicial de precificação do plano. Para os demais produtos de Saúde, a Companhia possui maior flexibilidade na gestão dos reajustes de seus contratos. Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação nas provisões técnicas constituídas, que podem ser materializados em qualquer uma das linhas de negócios da Companhia. **4.2.1. Risco de precificação:** Atualmente a Companhia possui modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo a determinação dos preços frente aos compromissos contratuais esperados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Adicionalmente, a Companhia conta com ações específicas para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da

carteira de seus segurados. Dentre estas ações pode-se destacar: processos de eficiência de custos; auditorias preventivas pré-pagamentos; otimização da rede de prestadores de serviço; programas de saúde ativa e inspeções detalhadas na subscrição de algumas apólices. Para os seguros com maiores riscos individuais e carteiras com menor capacidade de previsibilidade ou expostas a catástrofes, a Companhia utiliza-se de contratos de resseguro, mitigando o risco de grandes perdas não esperadas nos contratos e transferindo tais riscos para os resseguradores, assumindo, em contrapartida, o risco de crédito destes parceiros. A contratação de resseguro segue política específica estabelecida e descrita pela Companhia. Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos, inadequação de preços ou ainda insuficiência nas provisões técnicas. **Análise de sensibilidade em Saúde.** As análises de sensibilidade a seguir, buscam simular os possíveis impactos destas oscilações no resultado e no patrimônio.

Premissas	2023	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 5% na sinistralidade (a)	(1.058.381)	(635.028)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(21.369)	(12.821)
Aumento de 5% nos custos de aquisição	(69.361)	(41.617)
Redução de 5% na sinistralidade (a)	1.058.381	635.028
Redução de 5% nas despesas administrativas	21.369	12.821
Redução de 5% nos custos de aquisição	69.361	41.617

Premissas	2022	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 5% na sinistralidade (a)	(938.624)	(563.174)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(16.199)	(9.719)
Aumento de 5% nos custos de aquisição	(66.789)	(40.073)
Redução de 5% na sinistralidade (a)	938.624	563.174
Redução de 5% nas despesas administrativas	16.199	9.719
Redução de 5% nos custos de aquisição	66.789	40.073

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). Seus impactos são avaliados no valor do resultado realizado. (a) A variação dos impactos de sinistros apresentados quando comparada à tabela do período anterior no negócio de Saúde é observada, principalmente, devido ao aumento dos custos médico hospitalares e ao crescimento da carteira em 2023. **4.2.2. Risco de inadequação das provisões técnicas:** A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo coordenado pelo Departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais. Para gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Companhia conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar: • Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; e • Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas. **4.3. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (*Asset and Liability Management*), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos e Investimentos. A área de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. De acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (*Value at Risk*) e realizados Testes de Estresse (*Stress Test*) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro dos limites estabelecidos. Os resultados obtidos para o período de VaR e Teste de Estresse podem ser observados na nota 5.3. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2023 e 2022:

Alocação dos investimentos:	2023		2022	
	Indexador	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou perda
SELIC/CDI	7.365.652	3.709.668	492.578	559.738
IPCA	52.779	55.202	35.617	610.317
IGPM	9.356	80.487	2.496	1.284
Pré-Fixado	35.617	610.317	9.356	80.487
Ações	2.496	1.284	7.958.478	5.016.696
Outros	7.958.478	5.016.696		
Total	7.958.478	5.016.696		

(a) A categoria "Outros", apresentada em 31/12/2023 e 2022, é composta, basicamente, por fundos de investimento de renda fixa. **4.3.1. Risco de liquidez:** Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar compromissos assumidos em função do descausamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. A Política de Investimentos da Companhia prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros e benefícios. São realizadas projeções do caixa e Testes de Estresse para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2023 e 2022.

Descrição	Sem vencimento	Mais de 2 anos e até 5 anos		Mais de 5 anos e até 10 anos		Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou perda	Valor contábil
		Até 01 ano	De 1 ano até 2 anos	Até 5 anos	Mais de 5 anos					
Instrumentos financeiros										
Aplicações financeiras	4.968.343	901.122	744.547	1.244.257	107.419	811	7.966.499	7.958.478	(8.021)	7.958.478
Valor justo por meio do resultado	4.968.343	174.472	483.503	466.333	-	-	6.092.651	6.093.193	542	6.093.193
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	726.650	261.044	777.924	107.419	811	1.873.848	1.865.285	(8.563)	1.865.285
Refinanciamento fiscal - REFIS	1.084	236	26	1.584	-	-	1.584	-	-	1.584
Prêmios a receber (a)	344.324	-	-	-	-	-	344.324	-	-	344.324
Provisões técnicas	6.126.524	372.245	40.716	37.575	11.308	-	-	-	-	6.588.368

Descrição	Sem vencimento	Mais de 2 anos e até 5 anos		Mais de 5 anos e até 10 anos		Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou perda	Valor contábil
		Até 01 ano	De 1 ano até 2 anos	Até 5 anos	Mais de 5 anos					
Instrumentos financeiros										
Aplicações financeiras	1.940.679	235.784	1.180.249	1.447.339	184.383	102.896	5.091.330	5.016.696	(74.634)	5.016.696
Valor justo por meio do resultado	1.940.679	22.812	10.404	23.871	-	-	1.997.766	1.997.753	(13)	1.997.753
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	212.972	1.169.845	1.423.468	184.383	102.896	3.093.564	3.018.943	(74.621)	3.018.943
Refinanciamento fiscal - REFIS	1.226	976	445	2.647	-	-	2.647	-	-	2.647
Prêmios a receber (a)	194.978	-	-	-	-	-	194.978	-	-	194.978
Provisões técnicas	4.583.178	47.242	29.287	33.367	10.238	-	-	-	-	4.703.312

(a) Considera o prêmio a vencer, líquido de redução ao valor recuperável, quando aplicável. A data de vencimento dos ativos foi o critério utilizado na classificação dos instrumentos financeiros apresentados neste item. No entanto, é importante mencionar que a carteira é composta por ativos com liquidez imediata, apesar da distribuição ocorrer em diversas faixas das tabelas. Portanto, tais ativos são suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas. **4.4. Riscos de crédito.** Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-los nos termos em que foi acordado. Estes riscos podem se materializar e afetar significativamente os resultados esperados caso os emissores de créditos privados não honrem com os pagamentos nas datas previstas ou resseguradores com os quais a Companhia opera não honrem os contratos para pagamento dos sinistros ressegurados. Em relação ao monitoramento da inadimplência de seus segurados e parceiros comerciais, a Companhia realiza redução ao valor recuperável dos prêmios a receber de acordo com as melhores práticas e legislação vigente (ver informação adicional na nota 6.1.1). **4.4.1. Alocação dos investimentos.** A tabela a seguir apresenta a alocação dos investimentos por categoria de risco, totalizando em 31/12/2023 83,09% (64,70% em 2022) alocados em títulos do governo (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo melhores práticas de mercado.

Descrição	2023		2022	
	Renda fixa pública "risco soberano"	AAA	Renda fixa pública "risco soberano"	AAA
AAA	4.737.918	2.389.509	1.874.912	856.322
AA+ até AA-	20.856	184.360	-	-
Outros	1.324.792	1.586.505	-	-
Total	7.958.478	5.016.696		

(a) AAA refere-se à categoria com o menor grau de risco e AA- a categoria com maior grau de risco. **4.4.2. Contratos de resseguro.** Para as contratações de resseguro, a Companhia possui política específica monitorada pela área de Gestão de Riscos Corporativos, que estabelece um fluxo efetivo para a contratação. Como exigências, a política engloba critérios referentes a definições de limites de risco de crédito, limites de concentração e prazos mínimos a serem observados no fluxo de contratação de resseguros. Além das exigências definidas pela legislação vigente para a colocação de riscos de resseguro, com o objetivo de controlar internamente a exposição ao risco de crédito, a Companhia estabelece e descreve limites de exposição de crédito com base nas classificações de categoria de risco de cada ressegurador, gerenciando desta forma o risco de crédito em contratos de resseguro. As tabelas a seguir apresentam a exposição com os resseguradores por categoria de risco e linha de negócio. Tendo em vista a política de colocação de resseguro acima descrita, a Companhia prioriza suas colocações em resseguradores com menor grau de risco.

Classe	Categoria de risco (a)	2023		2022	
		Exposição	% Exposição	Exposição	%
Local	Level 1	88.313	100,00%	63.831	100,00%
Total		88.313	100,00%	63.831	100,00%

Level 1 refere-se à categoria com o menor grau de risco e Level 5 a categoria com maior grau de risco. **4.5. Riscos operacionais.** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha,

deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. Neste sentido, a Ouvidoria da Companhia desempenha um papel importante na busca pela excelência operacional. Esta compõe a segunda linha contribuindo para maior proximidade com os clientes, apurando os fatos, realinhando estratégias e criando soluções para que a experiência do cliente seja positiva. A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação dos riscos e controles e na resposta aos riscos. Além disso, a área de Controles Internos dá suporte ao processo de ERM ao realizar testes de aderência dos controles relacionados aos riscos operacionais. O processo de identificação de riscos operacionais e seus respectivos controles é realizado em reuniões com os pontos focais de cada macroprocesso. Após o processo de identificação dos riscos operacionais, é realizada avaliação qualitativa desses riscos além das avaliações dos seus respectivos mitigadores, incluindo testes de controle dos riscos classificados como médio e alto. Esta metodologia também contempla avaliação financeira dos riscos identificados, sempre que possível, utilizando-se os dados constantes nas bases de dados da Companhia. Utilizando-se as avaliações qualitativa e quantitativa dos riscos, classificam-se todos os riscos operacionais em risco alto, risco médio e risco baixo. **4.6. Riscos legais e compliance:** Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em processos judiciais. **4.6.1. Gestão dos riscos legais:** Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. Adicionalmente, a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago se perdéssemos a causa (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento. **4.6.2. Gestão dos riscos de compliance:** A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, mediante elevados padrões de integridade, excelência ética e aderência à legislação e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentação aplicáveis aos negócios, por meio da conscientização de conduta legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, bem como que previna e detecte violações às leis e regulamentação através da identificação e gestão do risco de compliance, assim como facilite a defesa das posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores. **4.7. Gestão de capital:** A gestão de capital é realizada na Companhia através de um processo contínuo de cálculo e monitoramento do capital regulatório requerido, avaliação da necessidade de capital frente aos riscos assumidos pela Companhia e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Companhia. Dessa forma, a Companhia apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado por efeitos econômicos em relação ao capital regulatório requerido. Em março/2020, a Companhia aderiu antecipadamente à metodologia de Capital Baseado em Risco, nova regra de capital regulatório desenvolvida pela ANS - apresentada previamente através das Resoluções Normativas nº 451/2020, 461/2020 e 526/2022 e publicada de forma definitiva pela Resolução Normativa nº 569/2022 - que substituiu a Margem de Solvência obrigatoriamente a partir de janeiro/2023. Em setembro/2022, a ANS emitiu o Comunicado nº 97 no Diário Oficial da União, informando a suspensão das medidas administrativas, procedimentos de adequação e regimes de direção fiscal relacionados ao acompanhamento econômico-financeiro das operadoras de planos de assistência à saúde desde que: a insuficiência da margem de solvência seja o único motivador; e a companhia esteja adequada em relação ao Capital Baseado em Risco. O Comunicado traz um impacto positivo para o setor de saúde suplementar, permitindo que as companhias mais bem estruturadas em relação às melhores práticas de gestão de risco desempenhem antecipadamente suas estratégias com base em um capital regulatório baseado em riscos, consequentemente mais alinhado com os conceitos de gestão de risco. Desta forma, apesar do Patrimônio Líquido Ajustado ser inferior à margem de solvência em dezembro/2022, a Companhia estava adequada em relação ao Capital Baseado em Risco, considerando os critérios apresentados no Comunicado supracitado. Além disso, com a mudança nos critérios de capital regulatório a partir de janeiro/2023 observase que o Patrimônio Líquido Ajustado é superior ao Capital exigido.

Descrição	2023		2022	
	Patrimônio líquido	Deduções	Patrimônio líquido	Deduções
Patrimônio líquido	8.945.467	8.196.306		
Participações diretas ou indiretas em empresas reguladas pela ANS, SUSEP e BACEN atualizadas pela efetiva equivalência patrimonial (2.784.814)	(2.784.814)	(2.451.744)		
Créditos tributários	(281.484)	(314.211)		
Despesas de comercialização diferida	(1.439.189)	(1.359.216)		
Despesas antecipadas	(77.809)	(68.350)		
Intangível	(289.565)	(341.375)		
Patrimônio mínimo ajustado (a)	4.072.606	3.661.410		
Solvência (b)	2.695.376	4.103.859		
Suficiência / (insuficiência) considerando Solvência (a) - (b)	1.377.230	(442.449)		
Capital Baseado em Risco (c)	2.588.341	2.588.341		
Suficiência considerando CBR (a) - (c)	1.484.265	1.073.069		

(b) Com base na Resolução Normativa nº 451/2020, o capital regulatório corresponde ao valor máximo entre: a Margem de Solvência com diferimento de março/2020; 75% da Margem de Solvência; e o Capital Baseado em Risco (CBR); e (c) Cálculo do Capital Baseado em Risco (CBR) sem considerar os efeitos da Resolução Normativa nº 569/2022. Esta Resolução Normativa entrou em vigor em 01/01/2023 e aumentou o CBR em R\$246 milhões. A Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para os principais riscos, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. Através destes modelos internos são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios e performance dos administradores. **5. Aplicações.** 5.1. Composição das aplicações:

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Valor avaliado pela curva		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		Taxa média de juros	Total
	Valor de mercado/contábil	Valor de mercado/contábil	Valor de mercado/contábil	Valor de mercado/contábil	Valor de mercado/contábil	Valor de mercado/contábil		
Títulos de renda fixa - privados	657.105	657.902	1.222.377	1.222.616	-	-	103,65%CDI	1.880.518
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI	174.472	174.472	-	-	-	-	-	174.472
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI +	-	-	128.445	129.340	-	-	CDI+1,4%a.a.	129.340
Pós-fixado CDI %	-	-	68.673	68.495	-	-	116,05%CDI	68.495
Letras financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI +	-	-	383.582	387.178	-	-	CDI+2,15%a.a.	387.178
Pós-fixado CDI %								

continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

Descrição	2022					Total
	Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		Taxa média de juros	
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil		
Titulos de renda fixa - privados	-	-	1.046.215	1.040.683	-	1.040.683
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI	-	-	4.772	4.790	101,15% CDI	4.790
Debêntures	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI +	-	-	135.167	135.647	1,47% a.a.	135.647
Pós-fixado CDI %	-	-	92.423	93.001	109,6% CDI	93.001
Letras financeiras	-	-	779.591	772.965	108,29% CDI	772.965
Notas promissórias	-	-	34.262	34.280	101,66% CDI	34.280
Titulos de renda fixa - públicos	-	-	2.047.349	1.978.260	-	1.978.260
Letras financeiras do tesouro	-	-	754.664	753.005	SELIC	753.005
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-
Pré-fixado	-	-	615.723	579.248	6,59% a.a.	579.248
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-
Série B - Pós-fixado IPCA	-	-	582.928	559.738	IPCA + 4,19	559.738
Série F - Pré-fixado	-	-	34.439	31.068	8,83% a.a.	31.068
Série C - IGP-M	-	-	59.595	55.201	IGPM + 4,39	55.201
Cotas de fundos de investimentos	1.997.766	1.997.753	-	-	-	1.997.753
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	1.877.358	1.877.358	-	-	-	1.877.358
Letras financeiras do tesouro	47.171	47.158	-	-	-	47.158
Operações compromissadas	9.916	9.916	-	-	-	9.916
Outros	421	421	-	-	-	421
Cotas de fundos em ações	51.802	51.802	-	-	-	51.802
Cotas de fundos de investimentos não exclusivo em ações	11.098	11.098	-	-	-	11.098
Subtotal	1.997.766	1.997.753	3.093.564	3.018.943		5.016.696
Percentual total - contábil		39,82%		60,18%		100,00%
Total						5.016.696
Circulante						5.016.696

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos renda fixa e multimercado.

5.2. Movimentação das aplicações:

Descrição	2023		2022	
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Saldo em 01/01/2022	2.216.923	3.322.910	2.216.923	3.322.910
Aplicações	11.601.939	3.091.776	14.693.715	14.693.715
Rendimentos resgate	(205.446)	(180.136)	(385.582)	(385.582)
Principal resgate	(11.853.938)	(3.597.519)	(15.451.457)	(15.451.457)
Resultado financeiro	238.273	355.345	593.618	593.618
Ajustes no patrimônio líquido	-	26.569	26.569	26.569
Saldo em 31/12/2022	1.997.751	3.018.945	1.997.751	3.018.945

(a) Considera o montante de R\$854.423 recebido em ativos de aplicações financeiras referentes a redução de capital na controlada direta SANTA CRUZ em junho de 2023. 5.3. Análise de sensibilidade das aplicações: As análises de sensibilidade das aplicações foram elaboradas considerando: (i) VaR paramétrico utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration, nos quais cada ativo pode estar alocado. A carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Para a apuração dos valores para renda variável, considera-se a variação de 1% na posição. As tabelas abaixo apresentam o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado através da metodologia VaR e da metodologia DV01.

Fatores de risco	2023		2022	
	VaR 95%	DV01=0,01%	VaR 95%	DV01=0,01%
Juros nominal	26	(4)	1.303	59
Juros real	1.183	125	3.871	306
Outros	459	-	2.112	1.599
Efeito da diversificação	(623)	-	74	-
Total	1.045	121	6.415	2.014

Os ativos referenciados às taxas do CDI e da SELIC não apresentam variação, uma vez que sua effective duration é de apenas 1 dia útil. Em relação ao VaR, tais ativos não apresentaram resultados materiais devido a sua baixa volatilidade (inferior a R\$1). Os valores informados na linha "Efeito da diversificação" demonstram a redução do VaR decorrente da correlação entre os ativos contidos na carteira de investimentos. 5.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3). A Companhia possui uma metodologia de classificação para os ativos que possui os seguintes níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis, modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 1: Títulos de renda fixa - públicos.** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; **Nível 2: Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Letras Financeiras (LF).** Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDB com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada e calculados com base na taxa contratada na operação; (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado, calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da B3, e para o spread de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de CDB das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; **Debêntures.** Calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou, no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os padrões de precificação definidos em seu manual de marcação a mercado; e **Cotas de fundos de investimentos.** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários avaliados ao custo amortizado, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

Ativos Financeiros	2023		2022	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Valor justo por meio do resultado	466.948	5.626.245	466.948	5.626.245
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	642.669	1.222.616	1.865.285	1.865.285
Total	1.109.617	6.848.861	1.109.617	6.848.861

6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde.
6.1. Movimentação de prêmios a receber: Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta, mensurados ao custo amortizado. A Companhia, basicamente, fatura mensalmente os contratos de saúde.

Descrição	2023		2022	
	Prêmios	Redução ao valor recuperável	Prêmios	Redução ao valor recuperável
Saldo em 01/01/2022	874.592	(606.740)	874.592	(606.740)
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/constituição	21.180.149	(134.060)	21.046.089	(134.060)
Recebimentos/reversão	(21.053.378)	68.566	(20.984.812)	68.566
Saldo em 31/12/2022	1.001.363	(672.234)	1.001.363	(672.234)
Circulante				
Saldo em 31/12/2022	1.001.363	(672.234)	1.001.363	(672.234)

6.1.1. Prêmios a receber por vencimento:

Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
A vencer		
A vencer entre 1 e 30 dias	335.004	195.261
A vencer entre 31 e 60 dias	308	497
A vencer entre 61 e 180 dias	12.509	277
A vencer entre 181 e 365 dias	-	2
Total	347.821	196.037
Redução ao valor recuperável	(4.076)	(1.059)
Total a vencer	343.745	194.978
Vencidos		
Vencidos entre 1 e 30 dias	184.147	122.187
Vencidos entre 31 e 60 dias	37.145	26.559
Vencidos entre 61 e 180 dias	68.002	50.608
Vencidos entre 181 e 365 dias	67.828	57.024
Vencidos acima de 365 dias	614.102	548.948
Total	971.224	805.326
Redução ao valor recuperável	(749.160)	(671.175)
Total vencidos	222.064	134.151
Total de prêmios a receber	1.319.045	1.001.363
Total de redução ao valor recuperável (a)	(753.236)	(672.234)
Total	565.809	329.129

(a) A redução ao valor recuperável é constituída com base nos prêmios vencidos e a vencer, sendo que nos planos individuais, os contratos com pelo menos uma parcela vencida há mais de sessenta dias, são provisionados em sua totalidade. Para os demais planos, a totalidade das parcelas é provisionada quando os contratos possuem pelo menos uma parcela vencida há mais de noventa dias. 7. Despesas de comercialização diferidas: Em 31/12/2023, a Companhia possui despesas de comercialização diferidas de R\$1.439.189 (R\$1.359.216 em 2022), sendo R\$446.891 e R\$992.298 no circulante e não circulante, respectivamente (R\$407.371 e R\$951.845 em 2022). 8. Créditos e débitos tributários e previdenciários e ativos fiscais diferidos:

Descrição	2023	2022
Créditos tributários e previdenciários		
Impostos a compensar/recuperar	404.687	366.138
PIS e COFINS sobre provisão de eventos/sinistros a liquidar e PEONA	260.552	185.978
Total	665.239	552.116
Circulante	106.145	66.467
Não circulante	559.094	485.649
Ativo fiscal diferido líquido dos tributos passivos diferidos		
IR/CSLL sobre diferenças temporárias	834.137	684.942
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	261.325	314.051
(-) Tributos diferidos passivos	(20.823)	(13.190)
Total	1.094.639	985.803
Não circulante	1.094.639	985.803

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, objetivando obter o reconhecimento judicial, no sentido de afastar a tributação pelo IRPJ e CSLL, incidente sobre receitas provenientes da correção com base na variação da taxa SELIC, de débitos tributários apurados nos cálculos dos seus resultados fiscais. Na data de 24/09/2021, por unanimidade, o pleno do Supremo Tribunal Federal (STF), sob o abrigo do instituto da repercussão geral, firmou o entendimento de que tais receitas não deveriam submeter-se à tributação pelas exações do IRPJ e CSLL. Esta manifestação do STF poderá ainda ser objeto de recursos que limitem a fruição dos benefícios por parte das autoras do Mandado de Segurança. O processo em que a Companhia figurou como autora no ano de 2021 registrou os benefícios econômicos acumulados desde a data do crédito proveniente da referida disputa judicial, em conformidade com a sua melhor estimativa, até a data de 31/12/2023 no valor de R\$323.896 (R\$43.952 em 2022). O reconhecimento do benefício econômico a que fazemos alusão neste parágrafo é decorrente da posição firmada pelos advogados que patrocinam estas disputas, que reputam como provável a realização do ganho, aderente às disposições consignadas no Ofício IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil) Circular nº 09/2021.

8.1. Tributos a compensar/recuperar:

Descrição	Saldo em 01/01/2022	Adição	Atualização monetária	Baixa / compensação	Saldo em 31/12/2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	173.447	99.276	22.425	(96.343)	198.805
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	146.920	62.717	16.259	(72.431)	153.465
Programa de Integração Social - PIS	377	104	10	(65)	426
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.736	478	45	(299)	1.960
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	6	-	-	6
Outros	15.496	1.118	229	(5.367)	11.476
Total	337.976	163.699	38.968	(174.505)	366.138
Circulante					66.467
Não circulante					299.671

10. Participações societárias:

	SANTA CRUZ (1)	SULAMED (2)	INTEGRALE (3)	SASEG (4)	SULASEG (5)	SAMI (6)	SULODONTO (7)	SAGA (8)	SAHIN (9)	Total
Saldo em 01/01/2022	1.626.665	948.137	-	-	600.258	158.383	226.074	1.751	-	3.561.268
Aumento de capital (a)	-	50.000	453.100	160.000	-	-	-	-	-	663.100
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(1.434)	-	(1.434)
Compra de ações	-	-	21.136	216.583	-	-	-	-	-	237.719
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	(303.558)	-	(717)	-	-	-	-	-	-	(304.275)
Dividendos intermediários	-	(32.645)	(717)	-	(15.750)	-	(38.000)	(1.750)	-	(88.862)
Menos-valia (b)	-	-	-	78.054	-	-	-	-	-	78.054
Equivalência patrimonial (c)	109.696	18.141	8.882	(62.482)	167.511	16.285	28.049	2.026	-	288.108
Ajustes de avaliação patrimonial	5.171	30	-	229	(177.74)	222	60	-	-	(12.062)
Outros ajustes (d)	-	-	-	-	(81.162)	-	-	-	-	(81.162)
Saldo em 31/12/2022	1.437.974	983.663	482.401	392.384	749.995	77.978	216.183	593	-	4.341.171
Aumento de capital (a)	-	36.400	-	17.000	-	-	-	-	-	53.400
Compra de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios	(16.934)	(7.722)	-	(27.163)	-	-	(4.776)	(746)	(560)	(57.901)
Ajuste de prática contábil (g)	(36.461)	-	-	(1222)	(26.788)	-	-	-	-	(64.471)
Dividendos - Intermediários	(61.401)	-	-	-	-	-	-	-	-	(61.401)
Redução de capital (a)	(900.000)	-	(482.181)	-	-	(87854)	-	-	-	(1,470,035)
Equivalência patrimonial (c)	70.825	32.513	11.916	255.639	78.976	9.876	20.108	1.809	2.359	484.021
Ajustes de avaliação patrimonial	39.221	974	-	2.077	32.272	-	(28)	-	-	74.516
Menos-valia (b)	-	-	-	(24.544)	-	-	-	-	-	(24.544)
Transação de Capital (d)	(1280)	-	-	-	-	-	-	-	(74,288)	(75,568)
Incorporação (e)	-	-	-	(12,136)	-	-	-	-	-	(12,136)
Outros ajustes (f)	-	-	-	-	1,406	-	-	-	-	1,406
Saldo em 31/12/2023	511.944	1.045.828	-	615.577	834.455	-	231.487	1.656	89.663	3.330.610

(a) Em 27/12/2022, a Companhia aumentou o capital da SASEG em R\$30.000 com dinheiro, com emissão de 1.33

Sul América Companhia de Seguro Saúde CNPJ 01.685.053/0001-56																																																																																																																																																																																					
<p>(a) Valores aqui apresentados contemplam ajustes de práticas entre a Companhia e as investidas; (b) O montante de R\$53.509 (R\$78.054 em 2022) relativo a menos-valia da SASEG, encontra-se registrado na rubrica "Débitos diversos"; e (c) As receitas referem-se as receitas oriundas da operação deduzidas de suas despesas de vendas, acrescidas das receitas patrimoniais e financeiras.</p>																																																																																																																																																																																					
<p>Em 31/12/2023, as prestações descontadas de seus contratos de arrendamento são formadas como demonstradas a seguir:</p>																																																																																																																																																																																					
<p>Vencimento das prestações</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>2024</td><td>16.130</td></tr> <tr><td>2025</td><td>12.776</td></tr> <tr><td>2026</td><td>11.571</td></tr> <tr><td>2027</td><td>11.473</td></tr> <tr><td>2028 a 2032</td><td>23.766</td></tr> <tr><td>Valores não descontados</td><td>75.716</td></tr> <tr><td>Juros embutidos</td><td>(21.549)</td></tr> <tr><td>Saldo em 31/12/2023</td><td>54.167</td></tr> </tbody> </table>										Valor	2024	16.130	2025	12.776	2026	11.571	2027	11.473	2028 a 2032	23.766	Valores não descontados	75.716	Juros embutidos	(21.549)	Saldo em 31/12/2023	54.167																																																																																																																																																											
Valor																																																																																																																																																																																					
2024	16.130																																																																																																																																																																																				
2025	12.776																																																																																																																																																																																				
2026	11.571																																																																																																																																																																																				
2027	11.473																																																																																																																																																																																				
2028 a 2032	23.766																																																																																																																																																																																				
Valores não descontados	75.716																																																																																																																																																																																				
Juros embutidos	(21.549)																																																																																																																																																																																				
Saldo em 31/12/2023	54.167																																																																																																																																																																																				
<p>13. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos</td> <td>536.286</td> <td>536.286</td> </tr> <tr> <td>Provisão de sinistros a liquidar</td> <td>2.820.413</td> <td>2.670.874</td> </tr> <tr> <td>Provisão de sinistros ocorridos e não avisados</td> <td>85.692</td> <td>355.029</td> </tr> <tr> <td>Provisão para remissão</td> <td>21.123</td> <td>21.123</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>603.943</td> <td>603.943</td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td>603.943</td> <td>603.943</td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>											2023	2022	Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos	536.286	536.286	Provisão de sinistros a liquidar	2.820.413	2.670.874	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	85.692	355.029	Provisão para remissão	21.123	21.123	Total	603.943	603.943	Circulante	603.943	603.943	Não circulante	-	-																																																																																																																																																				
	2023	2022																																																																																																																																																																																			
Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos	536.286	536.286																																																																																																																																																																																			
Provisão de sinistros a liquidar	2.820.413	2.670.874																																																																																																																																																																																			
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	85.692	355.029																																																																																																																																																																																			
Provisão para remissão	21.123	21.123																																																																																																																																																																																			
Total	603.943	603.943																																																																																																																																																																																			
Circulante	603.943	603.943																																																																																																																																																																																			
Não circulante	-	-																																																																																																																																																																																			
<p>14. Partes relacionadas: 14.1. Transações: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Descrição</th> <th rowspan="2">Categoria</th> <th rowspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Ativo</th> <th colspan="2">Passivo</th> </tr> <tr> <th>2023</th> <th>2022</th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Sul América S.A. (Incorporada pela Rede D'Or) (d) (f)</td> <td>Controladora indireta</td> <td>Sulasapar Participações S.A.</td> <td>-</td> <td>8</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Saepar Serviços e Participações S.A. (c) (f)</td> <td>Controladora indireta</td> <td>Sul América S.A.</td> <td>1.181</td> <td>1.385</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (c) (d) (f) (g)</td> <td>Coligada</td> <td>Sul América Companhia de Seguro Saúde</td> <td>248</td> <td>1.163</td> <td>265</td> <td>384</td> </tr> <tr> <td>Sul América Gestora de Recursos S.A. (a) (c) (d) (f) (g)</td> <td>Coligada</td> <td>Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.</td> <td>581</td> <td>974</td> <td>324</td> <td>368</td> </tr> <tr> <td>Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (c) (d) (e) (f) (k)</td> <td>Controlada</td> <td>Sul América Companhia de Seguro Saúde</td> <td>6.212</td> <td>11.326</td> <td>1.015</td> <td>1.208</td> </tr> <tr> <td>Traditio Companhia de Seguros (c) (f)</td> <td>Controladora direta</td> <td>Saepar Serviços e Participações S.A.</td> <td>18</td> <td>98</td> <td>-</td> <td>275</td> </tr> <tr> <td>Integrale Negócios e Serviços S.A. (a) (c)</td> <td>Controlada</td> <td>Sul América Companhia de Seguro Saúde</td> <td>-</td> <td>728</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Paraná Clínicas - Planos de Saúde S.A. (i)</td> <td>Controlada Indireta</td> <td>Sul América Serviços de Saúde S.A.</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>135</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>Sul América Santa Cruz Participações S.A. (a) (c) (f)</td> <td>Controlada</td> <td>Sul América Companhia de Seguro Saúde</td> <td>16.934</td> <td>7</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (c) (d) (f) (i)</td> <td>Controlada</td> <td>Sul América Companhia de Seguro Saúde</td> <td>56.519</td> <td>33.843</td> <td>-</td> <td>17.335</td> </tr> <tr> <td>Sul América Odontológico S.A. (a) (c) (f)</td> <td>Controlada</td> <td>Sul América Companhia de Seguro Saúde</td> <td>5.141</td> <td>1.775</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Rio's Capitalização S.A. (c) (f)</td> <td>Controlada Indireta</td> <td>Sul América Santa Cruz Participações S.A.</td> <td>-</td> <td>14</td> <td>1</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Sul América Holding de Investimentos S.A. (a)</td> <td>Controlada</td> <td>Sul América Companhia de Seguro Saúde</td> <td>560</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Sul América Seguradora de Saúde S.A. (a) (c) (v)</td> <td>Controlada</td> <td>Sul América Companhia de Seguro Saúde</td> <td>199.540</td> <td>-</td> <td>140.385</td> <td>120.372</td> </tr> <tr> <td>Dooway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. (d) (i) (j)</td> <td>Ligada</td> <td>Saepar Serviços e Participações S.A.</td> <td>186</td> <td>100</td> <td>10.238</td> <td>7809</td> </tr> <tr> <td>Sharecare Brasil Serviços de Consultoria Ltda (i) (j)</td> <td>Coligada</td> <td>Sharecare Digital Health International Limited</td> <td>327</td> <td>-</td> <td>314</td> <td>3.074</td> </tr> <tr> <td>Instituto SulAmérica (c)</td> <td>Associação</td> <td>Sul América Companhia de Seguro Saúde e Sul América Serviços de Saúde S.A.</td> <td>-</td> <td>1</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (m)</td> <td>Coligada</td> <td>Outros</td> <td>-</td> <td>6</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (r)</td> <td>Coligada</td> <td>Outros</td> <td>-</td> <td>77.655</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (s) (u)</td> <td>Coligada</td> <td>Outros</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>12.944</td> <td>4.562</td> </tr> <tr> <td>Rede D'Or São Luiz (a) (b) (d) (i) (j) (l) (m) (n) (o) (p) (q) (r)</td> <td>Controladora direta</td> <td>Outros</td> <td>369.796</td> <td>170.553</td> <td>1.022.002</td> <td>682.378</td> </tr> <tr> <td>Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (l) (m)</td> <td>Outros</td> <td>Outros</td> <td>28</td> <td>14</td> <td>55</td> <td>65</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td></td> <td>657.271</td> <td>299.650</td> <td>1.187.678</td> <td>837.835</td> </tr> </tbody> </table>										Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo		2023	2022	2023	2022	Sul América S.A. (Incorporada pela Rede D'Or) (d) (f)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	-	8	-	-	Saepar Serviços e Participações S.A. (c) (f)	Controladora indireta	Sul América S.A.	1.181	1.385	-	-	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (c) (d) (f) (g)	Coligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	248	1.163	265	384	Sul América Gestora de Recursos S.A. (a) (c) (d) (f) (g)	Coligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	581	974	324	368	Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (c) (d) (e) (f) (k)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	6.212	11.326	1.015	1.208	Traditio Companhia de Seguros (c) (f)	Controladora direta	Saepar Serviços e Participações S.A.	18	98	-	275	Integrale Negócios e Serviços S.A. (a) (c)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	728	-	-	Paraná Clínicas - Planos de Saúde S.A. (i)	Controlada Indireta	Sul América Serviços de Saúde S.A.	-	-	135	5	Sul América Santa Cruz Participações S.A. (a) (c) (f)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	16.934	7	-	-	Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (c) (d) (f) (i)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	56.519	33.843	-	17.335	Sul América Odontológico S.A. (a) (c) (f)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	5.141	1.775	-	-	Rio's Capitalização S.A. (c) (f)	Controlada Indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	-	14	1	-	Sul América Holding de Investimentos S.A. (a)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	560	-	-	-	Sul América Seguradora de Saúde S.A. (a) (c) (v)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	199.540	-	140.385	120.372	Dooway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. (d) (i) (j)	Ligada	Saepar Serviços e Participações S.A.	186	100	10.238	7809	Sharecare Brasil Serviços de Consultoria Ltda (i) (j)	Coligada	Sharecare Digital Health International Limited	327	-	314	3.074	Instituto SulAmérica (c)	Associação	Sul América Companhia de Seguro Saúde e Sul América Serviços de Saúde S.A.	-	1	-	-	Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (m)	Coligada	Outros	-	6	-	-	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (r)	Coligada	Outros	-	77.655	-	-	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (s) (u)	Coligada	Outros	-	-	12.944	4.562	Rede D'Or São Luiz (a) (b) (d) (i) (j) (l) (m) (n) (o) (p) (q) (r)	Controladora direta	Outros	369.796	170.553	1.022.002	682.378	Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (l) (m)	Outros	Outros	28	14	55	65	Total			657.271	299.650	1.187.678	837.835
Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo																																																																																																																																																																																
			2023	2022	2023	2022																																																																																																																																																																															
Sul América S.A. (Incorporada pela Rede D'Or) (d) (f)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	-	8	-	-																																																																																																																																																																															
Saepar Serviços e Participações S.A. (c) (f)	Controladora indireta	Sul América S.A.	1.181	1.385	-	-																																																																																																																																																																															
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (c) (d) (f) (g)	Coligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	248	1.163	265	384																																																																																																																																																																															
Sul América Gestora de Recursos S.A. (a) (c) (d) (f) (g)	Coligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	581	974	324	368																																																																																																																																																																															
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (c) (d) (e) (f) (k)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	6.212	11.326	1.015	1.208																																																																																																																																																																															
Traditio Companhia de Seguros (c) (f)	Controladora direta	Saepar Serviços e Participações S.A.	18	98	-	275																																																																																																																																																																															
Integrale Negócios e Serviços S.A. (a) (c)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	728	-	-																																																																																																																																																																															
Paraná Clínicas - Planos de Saúde S.A. (i)	Controlada Indireta	Sul América Serviços de Saúde S.A.	-	-	135	5																																																																																																																																																																															
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (a) (c) (f)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	16.934	7	-	-																																																																																																																																																																															
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (c) (d) (f) (i)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	56.519	33.843	-	17.335																																																																																																																																																																															
Sul América Odontológico S.A. (a) (c) (f)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	5.141	1.775	-	-																																																																																																																																																																															
Rio's Capitalização S.A. (c) (f)	Controlada Indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	-	14	1	-																																																																																																																																																																															
Sul América Holding de Investimentos S.A. (a)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	560	-	-	-																																																																																																																																																																															
Sul América Seguradora de Saúde S.A. (a) (c) (v)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	199.540	-	140.385	120.372																																																																																																																																																																															
Dooway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. (d) (i) (j)	Ligada	Saepar Serviços e Participações S.A.	186	100	10.238	7809																																																																																																																																																																															
Sharecare Brasil Serviços de Consultoria Ltda (i) (j)	Coligada	Sharecare Digital Health International Limited	327	-	314	3.074																																																																																																																																																																															
Instituto SulAmérica (c)	Associação	Sul América Companhia de Seguro Saúde e Sul América Serviços de Saúde S.A.	-	1	-	-																																																																																																																																																																															
Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (m)	Coligada	Outros	-	6	-	-																																																																																																																																																																															
Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (r)	Coligada	Outros	-	77.655	-	-																																																																																																																																																																															
Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (s) (u)	Coligada	Outros	-	-	12.944	4.562																																																																																																																																																																															
Rede D'Or São Luiz (a) (b) (d) (i) (j) (l) (m) (n) (o) (p) (q) (r)	Controladora direta	Outros	369.796	170.553	1.022.002	682.378																																																																																																																																																																															
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (l) (m)	Outros	Outros	28	14	55	65																																																																																																																																																																															
Total			657.271	299.650	1.187.678	837.835																																																																																																																																																																															
<p>(a) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (b) Valor referente à adiantamento ao prestador por serviços de saúde; (c) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo; (d) Valor referente ao seguro odontológico dos funcionários da companhia; (e) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (f) Valor referente ao rateio de aluguel dos prédios da Nova Matriz e Pinheiros entre companhias do Grupo Sul América; (g) Valor referente à taxa de administração e gestão correspondente à 0,25% sobre o total da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente; (h) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (i) Valor referente à prestação de serviços e soluções em saúde; (j) Valor referente ao seguro saúde dos funcionários da companhia; (k) Valor referente a operação de seguro viagem adquirido pela Companhia; (l) Valor referente ao seguro saúde e vida dos funcionários da companhia contratado junto a empresas do grupo; (m) Valores referentes a operações de seguros entre as companhias e pessoal-chave da administração e familiares; (n) Valor referente à glosa pós pagamentos ao prestador de serviços; (o) Valor referente a depósitos judiciais de processos cíveis/contratuais de saúde; (p) Valor referente a saldos bloqueados judicialmente de processos cíveis/contratuais de saúde; (q) Valor referente a provisões judiciais de processos cíveis/contratuais de saúde; (r) Valor referente ao seguro saúde do produto adesão junto a administradora de benefícios; (s) Valor referente a comercialização de seguro saúde; (t) Valor referente a prestação de serviço das obras nas Unidades Call Center, Alameda, Assets e Sede Pinheiros pagas pela Rede D'Or; (u) Valor referente ao pró-labore do produto adesão junto a administradora de benefícios; e (v) Transferência de risco referente a operação de seguros entre Companhia e a SASEG. Os montantes de dividendos e juros sobre capital próprio ("JCP") recebidos e pagos pela Companhia, em 31/12/2023 e 2022, estão demonstrados a seguir:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Dividendos e JCP recebidos</th> <th>Dividendos e JCP pagos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2023</td> <td>88.735</td> <td>106.798</td> </tr> <tr> <td>2022</td> <td>106.798</td> <td>123.904</td> </tr> </tbody> </table>											Dividendos e JCP recebidos	Dividendos e JCP pagos	2023	88.735	106.798	2022	106.798	123.904																																																																																																																																																																			
	Dividendos e JCP recebidos	Dividendos e JCP pagos																																																																																																																																																																																			
2023	88.735	106.798																																																																																																																																																																																			
2022	106.798	123.904																																																																																																																																																																																			
<p>(a) Despesa para reembolsar a SASA pelo incentivo em ações (stock options) aos seus executivos (nota 3.12). 15. Compromissos e Ônus a liquidar:</p> <p>15.1. Recursos bloqueados: Em 31/12/2023, a Companhia possui recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referente às demandas judiciais no montante de R\$41.288 (R\$18.484 em 2022) registrados na rubrica "Títulos e créditos a receber", no ativo não circulante. 15.2. Garantia das provisões técnicas: A Companhia possui bens vinculados a ANS, oferecidos em garantia para cobertura das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 13.2. 15.3. Contrato de aluguel: São Paulo: Em 04/07/2013, a Companhia assinou contrato de locação para a nova sede da Sul América em São Paulo. O prazo da locação é de 10 anos, contados a partir de 15/06/2015, podendo ser renovado automaticamente por períodos de 5 anos, por 3 ciclos consecutivos. Durante o período de vigência do contrato a Companhia se compromete a pagar mensalmente a quantia de R\$2.598, reajustada anualmente pela variação acumulada do IGP-M, cabendo a ela um percentual de 78,1% sobre este montante, sendo o restante de responsabilidade das demais. A Lei de Locações e o contrato possuem disposições que impedem os locadores de rescindirem unilateralmente a locação, sendo que a Companhia poderá fazê-lo, desde que mediante o pagamento de multa. O montante reconhecido em conformidade com o IFRS 16 (CPC 06 (R2)), encontra-se detalhado na nota 12. Rio de Janeiro: Em 17/09/2018, a TRADITIO celebrou novo contrato de locação, do imóvel da sede da matriz no Rio de Janeiro, com prazo de 10 anos e início de vigência a partir de 18/04/2019. As partes acordaram, em aditivo contratual, a cessão dos direitos e obrigações da TRADITIO para a Companhia, tornando esta a nova locatária do contrato com data a partir de 01/11/2021. Para o primeiro ano, o aluguel foi pago em uma única parcela em 18/04/2020. A partir do segundo ano de vigência do contrato, as parcelas serão pagas mensalmente, sempre no dia 5 do mês subsequente. O contrato prevê reajuste anual pelo Índice Geral de Preço ao Mercado (IGP-M), porém, as partes acordaram que o contrato não sofrerá correção para o período de 2022 a 2023 e, além disso, houve uma redução proporcional do pagamento da cota a partir de julho de 2021 mediante a entrega de parte do espaço utilizado pela Sul América. O referido contrato de locação possui cláusulas que restringem a capacidade da Companhia e do locador rescindirem unilateralmente o contrato. A rescisão unilateral voluntária acarretará o pagamento de indenização à outra parte, nas condições estipuladas no contrato. Considerando a concordância entre as partes em não dar continuidade ao contrato, as partes acordam que a resolução antecipada do contrato ocorreu em 03/07/2023. 16. Depósitos judiciais e fiscais, provisões judiciais e obrigações fiscais: Em 31/12/2023 e 2022, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, assim como as provisões para ações judiciais, fiscais e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões para ações judiciais" no passivo circulante e não circulante e, as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Tributos e contribuições" no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Benefícios de curto prazo a administradores</th> <th>Benefícios Incentivo de ações (a)</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>31/12/2023</td> <td>15.449</td> <td>69</td> <td>15.518</td> </tr> <tr> <td>31/12/2022</td> <td>7.668</td> <td>-</td> <td>7.668</td> </tr> </tbody> </table>											Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios Incentivo de ações (a)	Total	31/12/2023	15.449	69	15.518	31/12/2022	7.668	-	7.668																																																																																																																																																																
	Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios Incentivo de ações (a)	Total																																																																																																																																																																																		
31/12/2023	15.449	69	15.518																																																																																																																																																																																		
31/12/2022	7.668	-	7.668																																																																																																																																																																																		
<p>13.1. Movimentação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo em 01/01/2022</td> <td>461.053</td> <td>3.760.247</td> </tr> <tr> <td>Emissões</td> <td>22.443.113</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Avisados/alterações</td> <td>-</td> <td>19.316.789</td> </tr> <tr> <td>Pagamentos/ cancelamentos/ baixas</td> <td>(1.262.345)</td> <td>(18.912.137)</td> </tr> <tr> <td>Prêmios ganhos</td> <td>(21.105.535)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Atualização monetária / juros</td> <td>-</td> <td>8.201</td> </tr> <tr> <td>Variação do IBNR</td> <td>-</td> <td>(65.352)</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31/12/2022</td> <td>536.286</td> <td>4.107.748</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31/12/2023</td> <td>603.943</td> <td>5.932.008</td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td>603.943</td> <td>6.126.524</td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td>-</td> <td>461.844</td> </tr> </tbody> </table>											2023	2022	Saldo em 01/01/2022	461.053	3.760.247	Emissões	22.443.113	-	Avisados/alterações	-	19.316.789	Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	(1.262.345)	(18.912.137)	Prêmios ganhos	(21.105.535)	-	Atualização monetária / juros	-	8.201	Variação do IBNR	-	(65.352)	Saldo em 31/12/2022	536.286	4.107.748	Saldo em 31/12/2023	603.943	5.932.008	Circulante	603.943	6.126.524	Não circulante	-	461.844																																																																																																																																								
	2023	2022																																																																																																																																																																																			
Saldo em 01/01/2022	461.053	3.760.247																																																																																																																																																																																			
Emissões	22.443.113	-																																																																																																																																																																																			
Avisados/alterações	-	19.316.789																																																																																																																																																																																			
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	(1.262.345)	(18.912.137)																																																																																																																																																																																			
Prêmios ganhos	(21.105.535)	-																																																																																																																																																																																			
Atualização monetária / juros	-	8.201																																																																																																																																																																																			
Variação do IBNR	-	(65.352)																																																																																																																																																																																			
Saldo em 31/12/2022	536.286	4.107.748																																																																																																																																																																																			
Saldo em 31/12/2023	603.943	5.932.008																																																																																																																																																																																			
Circulante	603.943	6.126.524																																																																																																																																																																																			
Não circulante	-	461.844																																																																																																																																																																																			
<p>13.2. Garantia das provisões técnicas: As provisões técnicas possuem a seguinte cobertura:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Provisões técnicas de seguros</td> <td>6.588.368</td> <td>4.703.312</td> </tr> <tr> <td>(-) Depósitos judiciais (a)</td> <td>48.223</td> <td>37.189</td> </tr> <tr> <td>(-) PPCNG (a)</td> <td>603.943</td> <td>536.286</td> </tr> <tr> <td>(-) Créditos a receber de contratos de seguro e resseguro</td> <td>-</td> <td>38.187</td> </tr> <tr> <td>(-) Ressarcimento ao SUS</td> <td>11.834</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Montante a ser garantido</td> <td>5.886.181</td> <td>4.129.837</td> </tr> </tbody> </table> <p>Ativos dados em garantia:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Cotas de fundos de investimentos não exclusivos</td> <td>3.597.340</td> <td>1.474.842</td> </tr> <tr> <td>Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivos (a)</td> <td>34.712</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Títulos de renda fixa - públicos</td> <td>1.093.823</td> <td>1.961.878</td> </tr> <tr> <td>Títulos de renda fixa - privados</td> <td>1.880.518</td> <td>1.029.672</td> </tr> <tr> <td>Total de ativos</td> <td>6.606.393</td> <td>4.466.392</td> </tr> </tbody> </table> <p>Ativos vinculados em excesso</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Total</td> <td>720.212</td> <td>336.555</td> </tr> </tbody> </table> <p>(a) A ANS não exige o lastreamento por ativos garantidores para o total da PPCNG, conforme RN nº 392 de 09/12/2015.</p>										Descrição	2023	2022	Provisões técnicas de seguros	6.588.368	4.703.312	(-) Depósitos judiciais (a)	48.223	37.189	(-) PPCNG (a)	603.943	536.286	(-) Créditos a receber de contratos de seguro e resseguro	-	38.187	(-) Ressarcimento ao SUS	11.834	-	Montante a ser garantido	5.886.181	4.129.837		2023	2022	Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	3.597.340	1.474.842	Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivos (a)	34.712	-	Títulos de renda fixa - públicos	1.093.823	1.961.878	Títulos de renda fixa - privados	1.880.518	1.029.672	Total de ativos	6.606.393	4.466.392		2023	2022	Total	720.212	336.555																																																																																																																															
Descrição	2023	2022																																																																																																																																																																																			
Provisões técnicas de seguros	6.588.368	4.703.312																																																																																																																																																																																			
(-) Depósitos judiciais (a)	48.223	37.189																																																																																																																																																																																			
(-) PPCNG (a)	603.943	536.286																																																																																																																																																																																			
(-) Créditos a receber de contratos de seguro e resseguro	-	38.187																																																																																																																																																																																			
(-) Ressarcimento ao SUS	11.834	-																																																																																																																																																																																			
Montante a ser garantido	5.886.181	4.129.837																																																																																																																																																																																			
	2023	2022																																																																																																																																																																																			
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	3.597.340	1.474.842																																																																																																																																																																																			
Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivos (a)	34.712	-																																																																																																																																																																																			
Títulos de renda fixa - públicos	1.093.823	1.961.878																																																																																																																																																																																			
Títulos de renda fixa - privados	1.880.518	1.029.672																																																																																																																																																																																			
Total de ativos	6.606.393	4.466.392																																																																																																																																																																																			
	2023	2022																																																																																																																																																																																			
Total	720.212	336.555																																																																																																																																																																																			
<p>11. Intangível</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo em 01/01/2022</td> <td>461.470</td> <td>461.470</td> </tr> <tr> <td>Adição</td> <td>128.166</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Baixa</td> <td>(341)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31/12/2022</td> <td>589.295</td> <td>589.295</td> </tr> <tr> <td>Amortização Acumulada</td> <td>(152.816)</td> <td>(152.816)</td> </tr> <tr> <td>Baixa</td> <td>156</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Amortização</td> <td>(95.260)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31/12/2022</td> <td>(247.920)</td> <td>(247.920)</td> </tr> <tr> <td>Saldo residual em 31/12/2022</td> <td>341.375</td> <td>341.375</td> </tr> <tr> <td>Vida útil estimada</td> <td>5 a 10 anos</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table> <p>(a) Custos de desenvolvimento e licenças de softwares: Representam, principalmente, gastos com desenvolvimento de infraestrutura tecnológica, aplicativos, melhorias no site da Companhia, desenvolvimento de sistemas próprios e gastos com aquisição de licenças de softwares utilizados no âmbito operacional. (b) As baixas referem-se, principalmente, aos itens descontinuados conforme reavaliação dos controles internos da Companhia durante o ano de 2023 sobre o intangível. 12. Arrendamentos: Conforme o plano de contas e modelo de publicação estabelecido pela Resolução Normativa ANS nº 528 emitida em 29/04/2022, o ativo de direito de uso está registrado na rubrica "Direito de uso de arrendamentos" no ativo não circulante e o passivo de arrendamento na rubrica "Débitos diversos" no passivo circulante e não circulante. A seguir, demonstramos os valores relacionados aos arrendamentos:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo em 01/01/2022</td> <td>80.436</td> <td>81.462</td> </tr> <tr> <td>Adições ou baixas a passivos de arrendamento</td> <td>1.487</td> <td>(100)</td> </tr> <tr> <td>Saídas de caixa totais para arrendamentos</td> <td>(35.795)</td> <td>(967)</td> </tr> <tr> <td>Despesas de juros</td> <td>8.039</td> <td>41</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31/12/2022</td> <td>54.167</td> <td>54.167</td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td>10.208</td> <td>10.208</td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td>43.959</td> <td>43.959</td> </tr> </tbody> </table> <p>Despesas de arrendamentos de curto prazo isentas pela norma (a)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Isenção da norma para registro no balanço</td> <td>370</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>											2023	2022	Saldo em 01/01/2022	461.470	461.470	Adição	128.166	-	Baixa	(341)	-	Saldo em 31/12/2022	589.295	589.295	Amortização Acumulada	(152.816)	(152.816)	Baixa	156	-	Amortização	(95.260)	-	Saldo em 31/12/2022	(247.920)	(247.920)	Saldo residual em 31/12/2022	341.375	341.375	Vida útil estimada	5 a 10 anos	-		2023	2022	Saldo em 01/01/2022	80.436	81.462	Adições ou baixas a passivos de arrendamento	1.487	(100)	Saídas de caixa totais para arrendamentos	(35.795)	(967)	Despesas de juros	8.039	41	Saldo em 31/12/2022	54.167	54.167	Circulante	10.208	10.208	Não circulante	43.959	43.959		2023	2022	Isenção da norma para registro no balanço	370	-																																																																																																													
	2023	2022																																																																																																																																																																																			
Saldo em 01/01/2022	461.470	461.470																																																																																																																																																																																			
Adição	128.166	-																																																																																																																																																																																			
Baixa	(341)	-																																																																																																																																																																																			
Saldo em 31/12/2022	589.295	589.295																																																																																																																																																																																			
Amortização Acumulada	(152.816)	(152.816)																																																																																																																																																																																			
Baixa	156	-																																																																																																																																																																																			
Amortização	(95.260)	-																																																																																																																																																																																			
Saldo em 31/12/2022	(247.920)	(247.920)																																																																																																																																																																																			
Saldo residual em 31/12/2022	341.375	341.375																																																																																																																																																																																			
Vida útil estimada	5 a 10 anos	-																																																																																																																																																																																			
	2023	2022																																																																																																																																																																																			
Saldo em 01/01/2022	80.436	81.462																																																																																																																																																																																			
Adições ou baixas a passivos de arrendamento	1.487	(100)																																																																																																																																																																																			
Saídas de caixa totais para arrendamentos	(35.795)	(967)																																																																																																																																																																																			
Despesas de juros	8.039	41																																																																																																																																																																																			
Saldo em 31/12/2022	54.167	54.167																																																																																																																																																																																			
Circulante	10.208	10.208																																																																																																																																																																																			
Não circulante	43.959	43.959																																																																																																																																																																																			
	2023	2022																																																																																																																																																																																			
Isenção da norma para registro no balanço	370	-																																																																																																																																																																																			
<p>Contas a receber de subarrendamento</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Valor contábil de contas a receber de subarrendamento em 01/01/2023</td> <td>15.439</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Adições ou baixas ao contas a receber de subarrendamento</td> <td>(7.997)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Recebimentos de caixa totais para subarrendamentos</td> <td>(7.652)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Receitas de juros</td> <td>824</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Valor contábil de contas a receber de subarrendamento em 31/12/2023</td> <td>614</td> <td>614</td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td>614</td> <td>614</td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table> <p>Ativo de direito de uso</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Valor contábil de ativos de direito de uso em 01/01/2023</td> <td>61.675</td> <td>958</td> </tr> <tr> <td>Adições ou baixas a ativos de direito de uso</td> <td>11.888</td> <td>(62)</td> </tr> <tr> <td>Encargos de depreciação</td> <td>(25.744)</td> <td>(896)</td> </tr> <tr> <td>Valor contábil de ativos de direito de uso em 31/12/2023</td> <td>47.819</td> <td>47.819</td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td>47.819</td> <td>47.819</td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table> <p>Passivo de arrendamento</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Valor contábil do passivo de arrendamento em 01/01/2023</td> <td>80.436</td> <td>1.026</td> </tr> <tr> <td>Adições ou baixas a passivos de arrendamento</td> <td>1.487</td> <td>(100)</td> </tr> <tr> <td>Saídas de caixa totais para arrendamentos</td> <td>(35.795)</td> <td>(967)</td> </tr> <tr> <td>Despesas de juros</td> <td>8.039</td> <td>41</td> </tr> <tr> <td>Valor contábil do passivo de arrendamento em 31/12/2023</td> <td>54.167</td> <td>54.167</td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td>10.208</td> <td>10.208</td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td>43.959</td> <td>43.959</td> </tr> </tbody> </table> <p>Despesas de arrendamentos de curto prazo isentas pela norma (a)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Isenção da norma para registro no balanço</td> <td>370</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>											2023	2022	Valor contábil de contas a receber de subarrendamento em 01/01/2023	15.439	-	Adições ou baixas ao contas a receber de subarrendamento	(7.997)	-	Recebimentos de caixa totais para subarrendamentos	(7.652)	-	Receitas de juros	824	-	Valor contábil de contas a receber de subarrendamento em 31/12/2023	614	614	Circulante	614	614	Não circulante	-	-		2023	2022	Valor contábil de ativos de direito de uso em 01/01/2023	61.675	958	Adições ou baixas a ativos de direito de uso	11.888	(62)	Encargos de depreciação	(25.744)	(896)	Valor contábil de ativos de direito de uso em 31/12/2023	47.819	47.819	Circulante	47.819	47.819	Não circulante	-	-		2023	2022	Valor contábil do passivo de arrendamento em 01/01/2023	80.436	1.026	Adições ou baixas a passivos de arrendamento	1.487	(100)	Saídas de caixa totais para arrendamentos	(35.795)	(967)	Despesas de juros	8.039	41	Valor contábil do passivo de arrendamento em 31/12/2023	54.167	54.167	Circulante	10.208	10.208	Não circulante	43.959	43.959		2023	2022	Isenção da norma para registro no balanço	370	-																																																																																																	
	2023	2022																																																																																																																																																																																			
Valor contábil de contas a receber de subarrendamento em 01/01/2023	15.439	-																																																																																																																																																																																			
Adições ou baixas ao contas a receber de subarrendamento	(7.997)	-																																																																																																																																																																																			
Recebimentos de caixa totais para subarrendamentos	(7.652)	-																																																																																																																																																																																			
Receitas de juros	824	-																																																																																																																																																																																			
Valor contábil de contas a receber de subarrendamento em 31/12/2023	614	614																																																																																																																																																																																			
Circulante	614	614																																																																																																																																																																																			
Não circulante	-	-																																																																																																																																																																																			
	2023	2022																																																																																																																																																																																			
Valor contábil de ativos de direito de uso em 01/01/2023	61.675	958																																																																																																																																																																																			
Adições ou baixas a ativos de direito de uso	11.888	(62)																																																																																																																																																																																			
Encargos de depreciação	(25.744)	(896)																																																																																																																																																																																			
Valor contábil de ativos de direito de uso em 31/12/2023	47.819	47.819																																																																																																																																																																																			
Circulante	47.819	47.819																																																																																																																																																																																			
Não circulante	-	-																																																																																																																																																																																			
	2023	2022																																																																																																																																																																																			
Valor contábil do passivo de arrendamento em 01/01/2023	80.436	1.026																																																																																																																																																																																			
Adições ou baixas a passivos de arrendamento	1.487	(100)																																																																																																																																																																																			
Saídas de caixa totais para arrendamentos	(35.795)	(967)																																																																																																																																																																																			
Despesas de juros	8.039	41																																																																																																																																																																																			
Valor contábil do passivo de arrendamento em 31/12/2023	54.167	54.167																																																																																																																																																																																			
Circulante	10.208	10.208																																																																																																																																																																																			
Não circulante	43.959	43.959																																																																																																																																																																																			
	2023	2022																																																																																																																																																																																			
Isenção da norma para registro no balanço	370	-																																																																																																																																																																																			
<p>Contas a receber de subarrendamento</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Adoção da norma em 01/01/2022</td> <td>22.369</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Adições ou baixas ao contas a receber de subarrendamento</td> <td>(1.512)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Recebimentos de caixa totais para subarrendamentos</td> <td>(7.074)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Receitas de juros</td> <td>1.656</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Valor contábil de contas a receber de subarrendamento em 31/12/2022</td> <td>15.439</td> <td>15.439</td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td>6.315</td> <td>6.315</td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td>9.124</td> <td>9.124</td> </tr> </tbody> </table> <p>Ativo de direito de uso</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Valor contábil de ativos de direito de uso na adoção em 01/01/2022</td> <td>87.756</td> <td>2.015</td> </tr> <tr> <td>Adições ou baixas a ativos de direito de uso</td> <td>(331)</td> <td>(46)</td> </tr> <tr> <td>Encargos de depreciação</td> <td>(25.750)</td> <td>(1.011)</td> </tr> <tr> <td>Valor contábil de ativos de direito de uso em 31/12/2022</td> <td>61.675</td> <td>958</td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td>61.675</td> <td>958</td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table> <p>Passivo de arrendamento</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Valor contábil do passivo de arrendamento na adoção em 01/01/2022</td> <td>113.707</td> <td>2.165</td> </tr> <tr> <td>Adições ou baixas a passivos de arrendamento</td> <td>(1.831)</td> <td>(60)</td> </tr> <tr> <td>Saídas de caixa totais para arrendamentos</td> <td>(40.866)</td> <td>(1.193)</td> </tr> <tr> <td>Despesas de juros</td> <td>9.426</td> <td>114</td> </tr> <tr> <td>Valor contábil do passivo de arrendamento em 31/12/2022</td> <td>80.436</td> <td>1.026</td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td>10.208</td> <td>10.208</td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td>70.228</td> <td>70.228</td> </tr> </tbody> </table> <p>Despesas de arrendamentos de curto prazo isentas pela norma (a)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Isenção da norma para registro no balanço</td> <td>5</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>											2023	2022	Adoção da norma em 01/01/2022	22.369	-	Adições ou baixas ao contas a receber de subarrendamento	(1.512)	-	Recebimentos de caixa totais para subarrendamentos	(7.074)	-	Receitas de juros	1.656	-	Valor contábil de contas a receber de subarrendamento em 31/12/2022	15.439	15.439	Circulante	6.315	6.315	Não circulante	9.124	9.124		2023	2022	Valor contábil de ativos de direito de uso na adoção em 01/01/2022	87.756	2.015	Adições ou baixas a ativos de direito de uso	(331)	(46)	Encargos de depreciação	(25.750)	(1.011)	Valor contábil de ativos de direito de uso em 31/12/2022	61.675	958	Circulante	61.675	958	Não circulante	-	-		2023	2022	Valor contábil do passivo de arrendamento na adoção em 01/01/2022	113.707	2.165	Adições ou baixas a passivos de arrendamento	(1.831)	(60)	Saídas de caixa totais para arrendamentos	(40.866)	(1.193)	Despesas de juros	9.426	114	Valor contábil do passivo de arrendamento em 31/12/2022	80.436	1.026	Circulante	10.208	10.208	Não circulante	70.228	70.228		2023	2022	Isenção da norma para registro no balanço	5	-																																																																																																	
	2023	2022																																																																																																																																																																																			
Adoção da norma em 01/01/2022	22.369	-																																																																																																																																																																																			
Adições ou baixas ao contas a receber de subarrendamento	(1.512)	-																																																																																																																																																																																			
Recebimentos de caixa totais para subarrendamentos	(7.074)	-																																																																																																																																																																																			
Receitas de juros	1.656	-																																																																																																																																																																																			
Valor contábil de contas a receber de subarrendamento em 31/12/2022	15.439	15.439																																																																																																																																																																																			
Circulante	6.315	6.315																																																																																																																																																																																			
Não circulante	9.124	9.124																																																																																																																																																																																			
	2023	2022																																																																																																																																																																																			
Valor contábil de ativos de direito de uso na adoção em 01/01/2022	87.756	2.015																																																																																																																																																																																			
Adições ou baixas a ativos de direito de uso	(331)	(46)																																																																																																																																																																																			
Encargos de depreciação	(25.750)	(1.011)																																																																																																																																																																																			
Valor contábil de ativos de direito de uso em 31/12/2022	61.675	958																																																																																																																																																																																			
Circulante	61.675	958																																																																																																																																																																																			
Não circulante	-	-																																																																																																																																																																																			
	2023	2022																																																																																																																																																																																			
Valor contábil do passivo de arrendamento na adoção em 01/01/2022	113.707	2.165																																																																																																																																																																																			
Adições ou baixas a passivos de arrendamento	(1.831)	(60)																																																																																																																																																																																			
Saídas de caixa totais para arrendamentos	(40.866)	(1.193)																																																																																																																																																																																			
Despesas de juros	9.426	114																																																																																																																																																																																			
Valor contábil do passivo de arrendamento em 31/12/2022	80.436	1.026																																																																																																																																																																																			
Circulante	10.208	10.208																																																																																																																																																																																			
Não circulante	70.228	70.228																																																																																																																																																																																			
	2023	2022																																																																																																																																																																																			
Isenção da norma para registro no balanço	5	-																																																																																																																																																																																			
<p>(a) Despesas com prazo inferior a 12 meses. Isenção da norma para registro no balanço. A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base na taxa de juros dos empréstimos e financiamentos praticadas no mercado financeiro na data de adoção inicial ou na data da assinatura do contrato para aqueles firmados pós adoção inicial. As taxas foram obtidas por meio de referências junto aos principais agentes financeiros.</p> <p>Prazos contratos</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Taxa % a.a.</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2 anos</td> <td>8,60%</td> </tr> <tr> <td>4 anos</td> <td>7,31%</td> </tr> <tr> <td>5 anos</td> <td>7,73%</td> </tr> <tr> <td>7 anos</td> <td>13,41%</td> </tr> </tbody> </table>											Taxa % a.a.	2 anos	8,60%	4 anos	7,31%	5 anos	7,73%	7 anos	13,41%																																																																																																																																																																		
	Taxa % a.a.																																																																																																																																																																																				
2 anos	8,60%																																																																																																																																																																																				
4 anos	7,31%																																																																																																																																																																																				
5 anos	7,73%																																																																																																																																																																																				
7 anos	13,41%																																																																																																																																																																																				

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

continuação

Descrição	2023	2022
16.1. Depósitos judiciais:		
Fiscais:		
COFINS	497.763	468.252
PIS	154.488	146.641
Contribuição social	49.115	39.315
Imposto de renda	169.679	151.426
Outros	9.239	8.691
Subtotal	880.284	814.325
Previdenciárias:		
INSS	61.869	60.244
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	3.814	4.348
Ações cíveis	297.705	259.961
Subtotal	301.519	264.309
Total	1.243.672	1.138.878
Não circulante	1.243.672	1.138.878

Descrição	Saldos em		Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldos em 31/12/2022
	01/01/2022	Adições			
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis	408.137	214.315	576.399	(172.369)	507.722
Trabalhistas	10.961	1.109	842	(2.074)	10.838
Honorários	42.821	28.568	-	(18.336)	53.053
Outros	28.494	19.915	4.043	(14.173)	38.279
Subtotal	490.413	263.907	62.524	(206.952)	609.892
Previdenciárias:					
INSS	43.536	-	2.116	(163)	45.489
Subtotal	43.536	-	2.116	(163)	45.489
Tributárias:					
PIS	81.336	-	3.872	-	85.208
COFINS	356.890	-	18.083	-	374.973
CSLL	1.442	-	59	(680)	821
IRPJ	72.620	-	4.237	-	76.857
Honorários	17.314	27	1.321	(1.140)	17.522
Outros	18.180	-	464	-	18.644
Subtotal	547.782	27	28.036	(1.820)	574.205
Total	1.081.731	263.934	92.676	(208.935)	1.229.406
Circulante					172.408
Não circulante					1.057.358

Descrição	Saldos em		Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldos em 31/12/2023
	31/12/2022	Adições			
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis (a)	507.722	334.534	169.096	(198.548)	812.804
Trabalhistas	10.838	541	905	(3.953)	8.331
Honorários	53.053	53.783	-	(2.148)	85.355
Outros	38.279	22.556	4.909	(24.307)	41.437
Subtotal	609.892	411.414	174.910	(248.289)	947.927
Previdenciárias:					
INSS	45.489	-	2.265	(2.199)	45.555
Subtotal	45.489	-	2.265	(2.199)	45.555
Tributárias:					
PIS	85.208	-	4.267	-	89.475
COFINS	374.973	-	19.926	-	394.899
CSLL	821	1.800	26	-	2.647
IRPJ	76.857	-	4.669	-	81.526
Honorários	17.522	882	924	(1.205)	18.123
Outros	18.644	-	509	-	19.153
Subtotal	574.025	2.682	30.321	(1.205)	605.823
Total	1.229.406	414.096	207.496	(251.693)	1.599.305
Circulante					216.208
Não circulante					1.383.097

(a) A Administração da Companhia, após análise da base de demandas judiciais cíveis relacionadas a operação saúde em que a companhia figura como polo passivo, entendeu pela mudança do critério de provisionamento das ações relativas ao tema reajuste de prêmios. De acordo com o critério anterior as ações eram provisionadas após decisão em segunda instância e passaram a ser provisionadas a partir da citação, por média, baseada na experiência de pagamento de principal nos últimos anos em casos similares. 16.3. Obrigações fiscais: As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais da Companhia em 31/12/2023 e 2022, são: **COFINS:** A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidente sobre as receitas obtidas com prêmios emitidos, em decorrência da comercialização de apólices de seguros. Em junho de 2018, o pleno do STF julgou o RE 578.846, em sede de repercussão geral, pelo qual foi reafirmada a constitucionalidade da exigência da alíquota majorada da COFINS devida por instituições financeiras e entidades de seguro. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a probabilidade de perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e remota sobre outras receitas. A Companhia vinha depositando e provisionando o diferencial de alíquota de 1% sobre a receita bruta. Com a promulgação da Lei nº 11.941/2009, que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, a Companhia passou a depositar e provisionar, a partir de junho de 2009, somente os valores referentes à receita de sua atividade de seguro. Os citados depósitos foram realizados até junho de 2014, quando a Companhia interrompeu os depósitos judiciais e começou a realizar o seu pagamento. Atualmente, os valores referentes à majoração de 1% sobre as receitas provenientes das atividades de seguros estão totalmente provisionados. A Companhia ajuizou Mandado de Segurança para questionar a incidência da contribuição para a COFINS sobre as receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores das reservas técnicas auferidas a partir de 2017, tendo realizado depósitos judiciais até dezembro de 2019. **PIS:** A Companhia questionava a legalidade da contribuição ao PIS sobre a receita bruta à alíquota de 0,65%, determinada pelas Leis nºs 9.701/1998 e 9.718/1998, e vinha depositando judicialmente os valores exigidos. Em junho/2008, a Companhia obteve decisão parcialmente favorável, tendo a sentença reconhecido o seu direito de recolher a contribuição sem a ampliação da base de cálculo, passando, a partir de 2008, a recolher o PIS sobre a receita da atividade de seguros. Adicionalmente, a Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição ao PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997, cujos montantes encontram-se depositados judicialmente e provisionados de acordo com a expectativa de perda da Administração. Os advogados que patrocinam as ações reputam como remota a probabilidade de perda em relação à ofensa aos princípios constitucionais da anterioridade e irretroatividade e provável em relação aos demais aspectos. Em 24/05/2013, foi publicada uma decisão do STF assegurando à Companhia (e incorporadas), o direito de calcular e pagar o PIS, no período de janeiro de 1996 a junho de 1997, de acordo com a Lei Complementar nº 07/1970, sem observar as regras da Emenda Constitucional (EC) 10/1996 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram, que já transitou em julgado. Atualmente a Companhia aguarda o levantamento dos valores depositados. A Companhia obteve decisão transitada em julgado nos autos do processo 9700583635, assegurando o direito de calcular e pagar o PIS, no período de julho de 1997 a fevereiro de 1998, de acordo com a Lei Complementar nº 07/1970, sem observar as regras da Emenda Constitucional (EC) 17/1997 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram. Com isso, reverteu a provisão relativa a esta parcela, no montante de R\$21.624 e aguarda o levantamento e a conversão em renda dos depósitos judiciais realizados nos autos deste processo. Os demais processos sobre o tema permanecem aguardando decisão. A Companhia ajuizou Mandado de Segurança para questionar a incidência da contribuição para o PIS sobre as receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores das reservas técnicas auferidas a partir de 2017, tendo realizado depósitos judiciais até dezembro de 2019. **IRPJ:** A partir de 01/01/1997, dado o advento da Lei nº 9.316/1996, as despesas relacionadas com a contribuição social sobre o lucro líquido passaram a ser inadmitidas para fins de dedução na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração legislativa acima mencionada, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, obtendo liminar que a franqueou proceder com o depósito judicial da parcela em disputa. Em maio de 2013, o STF declarou constitucional, em sede de repercussão geral, o referido dispositivo legal, declarando que tal alteração legislativa estava em perfeita consonância com o ordenamento legal, obstando por conseguinte, a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ. A partir de então, a Companhia passou a não deduzir a despesa de contribuição social na base de cálculo do imposto de renda. Nestes termos os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados, em sua totalidade. Os depósitos relativos à ação 9700121585 foram convertidos em renda a favor da União e baixados no mês de dezembro de 2018. O valor baixado foi de R\$48.027. Os depósitos relativos às ações 9700035425 e 9700051790 foram convertidos em renda e baixados nos meses de outubro e dezembro de 2019, respectivamente. O montante baixado foi de R\$6.477. A Companhia ainda aguarda a conversão em renda do processo de uma de suas incorporadas. A Companhia impetrou Mandado de Segurança objetivando obter o reconhecimento judicial, no sentido de afastar a tributação pelo IRPJ, supostamente, incidente sobre receitas provenientes da correção com base na variação da taxa SELIC, de débitos tributários apurados nos cálculos dos seus resultados fiscais. Na data de 24/09/2021, por decisão de sua maioria, o pleno do STF, sob o abrigo do Instituto da repercussão geral, firmou o entendimento de que tais receitas não deveriam submeter-se à tributação pelas exações do IRPJ. Tendo em vista a distribuição de ação específica com vistas a garantir o pleno aproveitamento dos indigitados direitos subjetivos, conexos com tal disputa tributária, franqueou-se à Companhia a prerrogativa, no decorrer do ano de 2021, de reconhecer o benefício econômico proveniente desta mesma disputa judicial. O reconhecimento do benefício econômico a que fazemos alusão neste parágrafo foi corroborado pela posição firmada pelos advogados que patrocinam esta disputa, que reputam como provável a realização do aludido ganho, e encontra-se em ideal consonância com as disposições consignadas no Ofício IBRACON Circular nº 09/2021. Em 29/04/2022, o plenário do STF decidiu modular os efeitos da decisão considerando os fatos geradores anteriores a 30/09/2021 apenas para as ações ajuizadas antes de 17/09/2021, data do início do julgamento do mérito. Portanto, fizemos a reversão parcial referente aos valores das companhias que tiveram suas ações ajuizadas após esta data. A Companhia, nos Autos da Execução Fiscal nº 5054646-36.2019.4.02.5101, em que discute a Amortização do Ágio para fins de redução da base de cálculo de IRPJ e CSLL, obteve sentença desfavorável, a qual determinou a imediata execução da garantia ofertada nos Autos do processo, de modo que, em 07/2022, realizou o depósito integral do montante discutido, no valor de R\$106.414. **CSLL:** De janeiro de 1997 a dezembro de 1998, as companhias seguradoras ficaram sujeitas a recolher a Contribuição

Social (CSLL) à alíquota de 18% sobre o lucro tributável, alíquota aplicável às instituições financeiras, ofendendo o princípio da isonomia. A Companhia obteve liminar para recolher a Contribuição Social à alíquota de 8%, depositando judicialmente a diferença de alíquota para os 18% cobrados, estando o passivo provisionado em sua totalidade. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a expectativa de perda da demanda. A Companhia teve conversão em renda a favor da União dos valores depositados nos autos do processo 9700121291, onde se discutia a majoração da alíquota da CSLL em 10%, instituída pela Lei nº 9.316/1996, no montante de R\$22.784. Ainda em relação a esta mesma ação, teve a conversão em renda a favor da União do saldo remanescente dos valores depositados no montante de R\$830 em novembro de 2020 e aguarda decisão no processo de uma de suas companhias sucedidas em que se discute a matéria. Com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração de 6% da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, passando a alíquota de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando integralmente até agosto de 2017 os valores questionados. A partir de setembro de 2017, a Companhia optou por descontinuar os depósitos judiciais e passou a recolher os valores questionados. A Companhia obteve decisão desfavorável nos autos do processo em que discutia essa matéria e atualmente aguarda a conversão em renda a favor da União dos valores depositados. A Companhia impetrou Mandado de Segurança em setembro de 2021 objetivando obter o reconhecimento judicial, no sentido de afastar a tributação pela CSLL, supostamente, incidente sobre receitas provenientes da correção com base na variação da taxa SELIC, de débitos tributários apurados nos cálculos dos seus resultados fiscais. Na data de 24/09/2021, por decisão de sua maioria, o pleno do STF, sob o abrigo do Instituto da repercussão geral, firmou o entendimento de que tais receitas não deveriam submeter-se à tributação pelas exações da CSLL. Tendo em vista a distribuição de ação específica com vistas a garantir o pleno aproveitamento dos indigitados direitos subjetivos, conexos com tal disputa tributária, franqueou-se à Companhia a prerrogativa, no decorrer do ano de 2021, de reconhecer o benefício econômico proveniente desta mesma disputa judicial. O reconhecimento do benefício econômico a que fazemos alusão neste parágrafo foi corroborado pela posição firmada pelos advogados que patrocinam esta disputa, que reputam como provável a realização do aludido ganho, e encontra-se em ideal consonância com as disposições consignadas no Ofício IBRACON Circular nº 09/2021. Em 29/04/2022, o plenário do STF decidiu modular os efeitos da decisão considerando os fatos geradores anteriores a 30/09/2021 apenas para as ações ajuizadas antes de 17/09/2021, data do início do julgamento do mérito. Portanto, fizemos a reversão parcial referente aos valores das companhias que tiveram suas ações ajuizadas após esta data. A Companhia, nos Autos da Execução Fiscal nº 5054646-36.2019.4.02.5101, em que discute a Amortização do Ágio para fins de redução da base de cálculo de IRPJ e CSLL, obteve sentença desfavorável, a qual determinou a imediata execução da garantia ofertada nos Autos do processo, de modo que, em 07/2022, realizou o depósito integral do montante discutido, no valor de R\$106.414. 16.4. Provisões judiciais: **INSS:** A Companhia questionava e depositava judicialmente, a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituída pela Lei Complementar nº 84/1996 e regulamentada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguro não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando dessa forma fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, art. 22, da Lei nº 8.212/1991. Os advogados que patrocinam as ações reputam como provável a perda das demandas. No mês de junho de 2015, a Companhia decidiu passar a recolher o INSS sobre os pagamentos aos corretores de seguros e descontinuar os depósitos judiciais referentes a essa discussão. No mês de agosto de 2020, o STF concluiu o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.673, no qual declarou a constitucionalidade do caput, do Inciso III e do § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212/1991, na redação dada pelo art. 1º da Lei nº 9.876/1999, reconhecendo, consequentemente, a higidez constitucional da incidência de contribuição para seguridade social sobre os valores repassados pelas seguradoras, a título de comissão, aos corretores de seguros. Em 05/2022, houve a transformação parcial do pagamento em definitivo a favor da União da disputa 9600785848, com baixa do montante de R\$163. 16.5. Contingências: Em 31/12/2023 e 2022, o valor total em discussão dos processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas e pela Administração é de:

Descrição	2023	2022
Fiscais (a)	249.981	745.080
Cíveis	27.378	36.491
Trabalhistas	32.742	17.206
Total	310.101	798.777

(a) A redução no total reportado a título de contingências com probabilidade de perda possível é decorrente, na sua maior parte, da alteração do prognóstico de perda relacionada com as seguintes disputas tributárias não incidência de PIS e COFINS sobre investimentos compulsórios para cobertura de reservas técnicas detidos pela companhia, assim como dedutibilidade da amortização do ágio. Apesar de compreender ações fiscais com probabilidade de perda possível, o valor de R\$23.133 (R\$22.474 em 2022) está provisionado por se referir, basicamente, as obrigações legais. A parcela não provisionada, no montante de R\$226.848 (R\$722.606 em 2022) é composta, principalmente, por: (i) autos de infração lavrados contra a Companhia, em que se questiona a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação da controladora SLT Participações S.A. nos anos calendarizados 2005, 2006 e 2007; (ii) processos referentes a discussão sobre a base de cálculo de PIS e COFINS; e (iii) compensações não homologadas pela Receita Federal em discussão na esfera administrativa. **17. Refinanciamento fiscal - REFI:** Em 31/12/2013, a Companhia aderiu a reabertura do REFI, promovida pela Lei nº 12.865/2013, com o objetivo de parcelar valores relativos à CSLL, IRPJ, INSS e multas aplicadas pela ANS e ressarcimento ao SUS, que estavam em discussão nas esferas administrativas e/ou judicial. O parcelamento previa o pagamento em até 30 parcelas iguais e consecutivas, atualizadas mensalmente com base na variação da taxa SELIC. O montante total das obrigações na data da adesão foi de R\$18.312, no qual está compreendido o valor de R\$5.783 (líquido da redução dos benefícios) registrado no passivo circulante. Adicionalmente, em abril de 2016 a Companhia realizou o pagamento da última parcela, permanecendo pendentes de conversão em renda os depósitos relativos às discussões de INSS, multas aplicadas pela ANS e ressarcimento ao SUS. Os valores de CSLL e IRPJ foram integralmente quitados. Em 16/11/2017, a Companhia aderiu ao Programa de Regularização de Débitos Não Tributários - PRD instituído pela Medida Provisória (MP) nº 780, convertida na Lei nº 13.494/2017, com o escopo de parcelar valores relativos a débitos oriundos de multas aplicadas pela ANS, que estavam em discussão nas esferas administrativa e judicial. O parcelamento prevê o pagamento de 60 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas mensalmente com base na variação da taxa SELIC, sendo que o pagamento da 1ª parcela corresponde a 20% do valor da dívida consolidada, sem reduções, e o parcelamento do restante contou com redução de 60% dos juros e da multa de mora. O montante total na data da adesão foi de R\$20.491, e que será pago por meio de guias expedidas mensalmente. No passivo circulante, as obrigações fiscais no montante de R\$1.059 estão registradas na rubrica "Tributos e encargos sociais a recolher" e o parcelamento das multas aplicadas pela ANS e outras obrigações cíveis no montante de R\$25 estão registradas na rubrica "Débitos diversos". No passivo não circulante, o parcelamento das multas aplicadas pela ANS e outras obrigações cíveis no montante de R\$236 estão registradas na rubrica "Débitos diversos". **18. Débitos diversos:**

Descrição	2023	2022
Depósitos de terceiros	149.634	20.720
Honorários a pagar	6.969	7.422
Outras obrigações com pessoal	133.840	82.264
Fornecedores	40.197	19.115
Compromisso mobiliário	54.118	78.334
Arrendamento	54.167	81.462
Débitos Intergrupo	20.481	125.767
Outros débitos a pagar	94.203	66.399
Total	553.609	481.965
Circulante	448.623	347.393
Não circulante	104.986	134.572

Os saldos dos depósitos de beneficiários e de terceiros são apresentados a seguir de acordo com a distribuição por idade.

Descrição	2023		2022	
	Prêmio direto	Prêmio líquido	Prêmio direto	Prêmio líquido
De 01 a 30 dias	94.339	7.720	8.426	3.648
De 31 a 60 dias	13.485	3.025	9.409	2.165
De 61 a 120 dias	21.466	897	2.509	3.247
De 121 a 180 dias	2.509	3.247	-	-
De 181 a 365 dias	149.634	20.720	-	-
Total	149.634	20.720		

19. Patrimônio líquido: 19.1. **Capital social:** Em 31/12/2023, o capital social da Companhia é de R\$6.523.977 (R\$6.082.730 em 2022), representado por 147.519.579 ações (141.222.157 em 2022), sendo 104.962.255 ações ordinárias (100.481.550 em 2022) e 42.557.324 ações preferenciais (40.740.607 em 2022), todas nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. Adicionalmente em 31/12/2021 e em 2022, a Companhia possui 20.659.939 ações em tesouraria, sendo 14.172.669 ações ordinárias e 6.487.270 ações preferenciais. Em 28/01/2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$120.000, com a emissão de 1.111.096 novas ações ordinárias e 598.283 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$70,20 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 31/12/2021, sendo a totalidade das ações emitidas, subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pela então acionista Sul América S.A. ("SASA"), passando o capital social de R\$5.482.386 para R\$5.602.387. Em 09/03/2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$30.232, com a emissão de 365.446 novas ações ordinárias e 64.491 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$70,32 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 28/02/2022, sendo a totalidade das ações emitidas, subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pela então acionista SASA, passando o capital social de R\$5.602.387 para R\$5.632.619. Em 29/11/2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante

de R\$20.000, com a emissão de 200.067 novas ações ordinárias e 77.437 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$72,07 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 31/10/2022, sendo a totalidade das ações emitidas, subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pela acionista Traditio Companhia de Seguros ("TRADITIO"), passando o capital social de R\$5.632.619 para R\$5.652.619. No dia 23/12/2022, a então acionista SASA foi incorporada pela Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or"), passando esta última a ser acionista da Companhia, na qualidade de sucessora da SASA. Em 27/12/2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$430.111, com a emissão de 3.059.358 novas ações ordinárias e 3.032.806 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$70,60 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 30/11/2022, sendo: (i) 3.059.358 novas ações ordinárias subscritas e integralizadas mediante a utilização de parte do crédito relativo aos juros sobre capital próprio, neste ato, pela acionista TRADITIO; e (ii) 3.032.806 novas ações preferenciais subscritas e integralizadas mediante a utilização de parte do crédito relativo aos juros sobre capital próprio, neste ato, pela acionista Rede D'Or, passando o capital social de R\$5.652.619 para R\$6.082.730. Em 30/01/2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$14.204, com a emissão de 143.149 novas ações ordinárias e 58.040 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$70,60 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 30/11/2022, sendo a totalidade das ações emitidas, subscritas e integralizadas, mediante a utilização de crédito relativo a dividendo intermediário, pela acionista Rede D'Or, passando o capital social de R\$6.082.730 para R\$6.096.934. Em 30/03/2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$9.024, com a emissão de 95.219 novas ações ordinárias e 38.607 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$67,43 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 28/02/2023, sendo a totalidade das ações emitidas, subscritas e integralizadas, parte em moeda corrente nacional e parte com a utilização de crédito relativo a dividendo intermediário, pela acionista Rede D'Or, passando o capital social de R\$6.096.934 para R\$6.105.958. Em 30/06/2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$9.950, com a emissão de 103.596 novas ações ordinárias e 42.003 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$68,34 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 31/05/2023, sendo a totalidade das ações emitidas, subscritas e integralizadas, mediante a utilização de crédito relativo a dividendo intermediário, pela acionista Rede D'Or, passando o capital social de R\$6.105.958 para R\$6.115.907. Em 31/07/2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$60.000, com a emissão de 617.605 novas ações ordinárias e 250.410 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$69,12 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 30/06/2023, sendo a totalidade das ações emitidas, subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pela acionista TRADITIO, passando o capital social de R\$6.134.043 para R\$6.194.043. Em 31/08/2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$44

continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

19.7. Distribuição do resultado:

Descrição	2023	2022
Lucro antes dos impostos e participações	774.872	95.422
(-) Impostos e contribuições	64.923	394.711
(-) Participações	(53.263)	(4.219)
Lucro líquido do exercício	786.532	485.914
Ajustes de exercícios anteriores e outros ajustes (c)	(89.918)	-
Lucro líquido após compensações e outros ajustes	696.614	485.914
Constituição da reserva legal	(34.831)	(24.296)
Lucro líquido ajustado	661.783	461.618
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado (a)	165.446	115.405
(-) Dividendos antecipados a não serem imputados nos dividendos obrigatórios	203.045	-
(-) Juros sobre capital próprio líquido a serem imputados nos dividendos obrigatórios (b)	165.446	115.405
(-) Juros sobre capital próprio a não serem imputados nos dividendos obrigatórios	89.554	276.971
Bruto	300.000	461.618
Imposto de renda	(45.000)	(69.243)
Saldo dos dividendos obrigatórios: (d) = (a) - (b)	-	-
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	158.739	-

(c) A Companhia optou por não reapresentar períodos anteriores, e por isso reconheceu o impacto da aplicação inicial no saldo de abertura de lucros acumulados. 20. Detalhamento das contas de resultado:

Descrição	2023	2022
Assistência médica hospitalar - AMH	23.983.484	20.782.185
Assistência odontológica - AO	365.193	323.350
Total	24.348.677	21.105.535

20.2. Sinistros conhecidos ou avisados:

Descrição	Antes da Lei (a)		Após a Lei (a)		Total
	Rede contratada	Reembolso	Rede contratada	Reembolso	
Consultas	(86.844)	(44.563)	(1.583.582)	(415.890)	(2.130.879)
Exames	(122.795)	(47.260)	(2.250.800)	(258.313)	(2.679.168)
Terapias	(46.087)	(7.185)	(389.709)	(125.850)	(568.831)
Internações	(996.442)	(47.307)	(7.935.819)	(414.442)	(9.394.010)
Procedimentos odontológicos	-	-	(154.516)	(2.455)	(156.971)
Demais	(40.252)	(2.400)	(241.669)	(5.281)	(289.602)
Despesas	(343.013)	(79.782)	(3.164.744)	(728.227)	(4.315.766)
Outros	(1.635.433)	(228.497)	(15.720.839)	(1.950.458)	(19.535.227)
SUS					(10.732)
Total					(19.545.959)

Descrição	Antes da Lei (a)		Após a Lei (a)		Total
	Rede contratada	Reembolso	Rede contratada	Reembolso	
Consultas	(90.062)	(53.813)	(1.509.463)	(491.555)	(2.144.893)
Exames	(190.382)	(49.189)	(2.552.791)	(460.797)	(3.253.159)
Terapias	(183.682)	(8.252)	(1.125.666)	(103.395)	(1.420.995)
Internações	(1.012.822)	(67.643)	(7.465.755)	(488.482)	(9.034.702)
Outros	(257.900)	(95.107)	(2.044.020)	(723.451)	(3.120.478)
Subtotal	(1.734.848)	(274.004)	(14.697.695)	(2.267.680)	(18.974.227)
SUS					(17.788)
Total					(18.992.015)

(a) Refere-se aos planos de saúde operados antes e após a Lei nº 9.656/1998.

20.3. Outras despesas operacionais:

Descrição	2023	2022
Despesas com operações de seguros	(4.624)	(2.240)
Constituição de provisão para contingências cíveis e outras operações de seguros (a)	(406.191)	(233.530)
Serviços técnicos de seguros	(41.506)	(49.824)
Constituição da provisão para riscos de crédito	(163.988)	(108.443)
Despesas com cobrança de seguros	(64.825)	(76.758)
Outros	(24.791)	(11.917)
Total	(705.925)	(482.712)

(a) A Administração da Companhia, após análise da base de demandas judiciais cíveis relacionadas a uma operação saúde em que a Companhia figura no polo passivo, entendeu pela mudança do critério de provisionamento das ações relativas ao tema reajuste de prêmios. De acordo com o critério anterior as ações eram provisionadas após decisão em segunda instância e passaram a ser provisionadas a partir da citação, por média, baseada na experiência de pagamento de principal dos últimos em casos similares.

20.4. Despesas de comercialização:

Descrição	2023	2022
Comissões sobre prêmio retido:		
Sobre prêmios	(1.108.322)	(1.025.014)
Sobre agenciamento	(440.008)	(500.027)
Varição de despesas de comercializações diferidas	53.043	156.978
Total	(1.495.287)	(1.368.063)

20.5. Despesas administrativas:

Descrição	2023	2022
Pessoal próprio	(589.678)	(575.008)
Incentivos em ações	-	(30.087)
Serviços de terceiros	(236.554)	(240.539)
Localização e funcionamento	(159.305)	(174.261)
Publicidade e propaganda	(41.924)	(63.441)
Despesas com tributos	30.487	(27.338)
Outras	(41.450)	(30.809)
Total	(1.038.424)	(1.141.483)

Os benefícios aos funcionários, incluídos na rubrica "Pessoal próprio", estão representados de forma detalhada na tabela a seguir (não inclui honorários de diretoria):

Descrição	2023	2022
Remunerações	(309.224)	(305.231)
Encargos sociais	(107.631)	(107.233)
Indenizações e rescisões	(26.202)	(17.421)
Vale alimentação, refeição e transporte	(65.167)	(59.721)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(29.954)	(36.875)
Outros benefícios	(7.400)	(12.638)
Total	(545.578)	(539.119)

20.6. Resultado financeiro líquido:

Descrição	2023	2022
Títulos e valores mobiliários	826.237	593.618
Valor justo por meio do resultado	465.881	238.273
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	360.356	355.345
Operações de seguros	75.895	67.714

Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	2023	2022
	(144.007)	(69.118)
Outros	94.084	67.139
Total	852.209	659.353

Recargas financeiras

Descrição	2023	2022
Valorização de cotas de fundos de investimentos	53.126	109.652
Títulos de renda fixa - privados	705.415	415.054
Títulos de renda fixa - públicos	174.340	346.017
Operações de seguros	77.445	68.230

Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	2023	2022
	78.998	64.949
Outras	112.514	90.609
Total	1.201.838	1.094.511

Despesas financeiras

Descrição	2023	2022
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(106.644)	(277.105)
Operações de seguro	(1.550)	(516)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(223.005)	(134.067)
Outras	(18.430)	(23.470)
Total	(349.629)	(435.158)

20.7. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas alíquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2023	2022
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	774.872	774.872
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(193.718)	(116.231)
Diferencial da alíquota da contribuição social	-	-
Alíquota nominal	25%	15%
Correntes:		
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(91.123)	(54.674)
Atualizações de depósitos judiciais (decisão favorável)	(123)	(74)
Despesas indevidas	(10.661)	(3.498)
Provisão para redução ao valor recuperável	(8.538)	(5.123)
Outras	-	(6.281)
Subtotal	(110.445)	(63.369)

Exclusões:	2023	2022
Benefício fiscal - Inovação tecnológica	-	55.408
Juros sobre o capital próprio	75.000	45.000
Atualização de depósitos judiciais	14.693	8.816
Resultado positivo com equivalência patrimonial	121.005	72.603
Reversão de provisões não dedutíveis	241	145
Reversão da provisão sobre participações nos lucros	14.264	8.558
Apuração de Indébito Tributário	11.191	6.715
Outras	10.958	3.848
Subtotal	247.352	145.685

Prejuízo fiscal e base negativa:	2023	2022
Constituições	-	(147.324)
Compensações	20.424	11.385
Subtotal	20.424	11.385

Redução de incentivos fiscais	2023	2022
	4.571	-

Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	2023	2022
	(31.816)	(22.530)

Diferidos:	2023	2022
Constituição / (reversão) de crédito tributário sobre prejuízo fiscal / base negativa	(20.998)	(11.729)
Constituição de crédito tributário sobre diferenças temporárias	99.472	60.157
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	(4.771)	(2.862)

Despesas com imposto de renda e contribuição social	2023	2022
	95.422	95.422

Despesas com imposto de renda e contribuição social	2023	2022
	95.422	95.422

Despesas com imposto de renda e contribuição social	2023	2022
	95.422	95.422

Despesas com imposto de renda e contribuição social	2023	2022
	95.422	95.422

Despesas com imposto de renda e contribuição social	2023	2022
	95.422	95.422

Descrição	2023	2022
Recargas (despesas) com imposto de renda e contribuição social diferido	73.703	186.390

Recargas (despesas) com imposto de renda e contribuição social	2023	2022
	41.887	23.036
Alíquota efetiva	-5,41%	-2,97%
Alíquota efetiva combinada	-8,38%	-412,65%

21. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido:

Descrição	Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes		Perda atuarial de benefício definido	
	2023	2022	2023	2022
Base	67.352	1.146	1.146	68.498
Imposto de renda	(16.838)	(286)	(286)	(17.124)
Contribuição social	(10.103)	(172)	(172)	(10.275)
Total	(26.941)	(458)	(458)	(27.399)
Líquido	40.411	688	688	41.099

Descrição	Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes		Perda atuarial de benefício definido	
	2023	2022	2023	2022
Base	26.569	4.011	4.011	30.580
Imposto de renda	(6.643)	(1.002)	(1.002)	(7.645)
Contribuição social	(3.985)	(602)	(602)	(4.587)
Total	(10.628)	(1.604)	(1.604)	(12.332)
Líquido	15.941	2.407	2.407	18.348

22. Conciliação entre resultado líquido e caixa líquido gerado nas atividades operacionais:

Lucro líquido do exercício	2023	2022
Mais	786.532	485.914
Depreciações e amortizações	126.688	140.993
Juros e variações monetárias de provisões judiciais e obrigações fiscais	207.496	92.676
Juros de arrendamento mercantil	7.256	7.884
Incentivo em ações	110.166	30.087
Outros	-	766
Menos	(484.021)	(288.108)
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(75)	(310)
Lucro na Venda de Investimentos ou Imobilizado	(75)	(310)
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais e fiscais	(78.853)	(46.997)
Juros e variações monetárias de créditos a compensar	(41.628)	(38.967)
Outros	(2.442)	-

Atividades operacionais:

Varição de aplicações	2023	2022
Varição de créditos das operações com planos de assistência à saúde	(464.348)	(195.079)
Variação de bens e títulos a receber	39.161	(162.615)
Variação de créditos tributários e previdenciários	(73.894)	(15.033)
Variação de ativo fiscal diferido	(108.836)	(289.741)
Variação de depósitos judiciais	(25.928)	(91.607)
Variação de despesas antecipadas	(15.518)	(48.562)
Variação de outros créditos a receber de longo prazo	(34.911)	(15.378)
Variação de despesas de comercialização diferidas	(79.973)	(168.831)
Variação de débitos de operações de assistência à saúde	25.510	10.936
Variação de tributos e contribuições a recolher	144.613	99.160
Variação de provisões	132.878	32.339
Variação de débitos diversos	(297.596)	(50.228)
Variação de provisões técnicas de operações de assistência à saúde	1.885.056	413.430
Imposto de renda e contribuição social pagos	(100.671)	(62.692)